

Janísio Xavier de Souza

**EDUCAÇÃO PELO LAZER:
VALORES QUE ENVOLVEM A
RELAÇÃO ADULTO - CRIANÇA.**

(MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA)

UNICAMP
Campinas – São Paulo

1999

Janísio Xavier de Souza

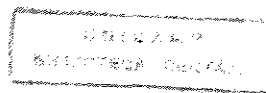
**EDUCAÇÃO PELO LAZER:
VALORES QUE ENVOLVEM A
RELAÇÃO ADULTO - CRIANÇA.**

(MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração "*Estudos do lazer*", sob orientação do **Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino**, sendo a banca examinadora composta pelo Prof. Dr. Mauro Betti e Prof^a Dr^a Gisele Maria Schwartz.

UNICAMP
Campinas – São Paulo

1999



0296166

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	121 Amp
	808e
V.	EX.
TÍTULO	82/39.383
PREÇO	229,99
	0 <input type="checkbox"/> D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	229,99
DATA	09/11/99
N.º CPD	

CM-00136659-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF – UNICAMP

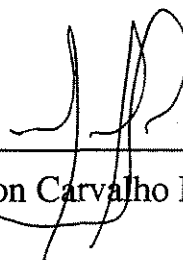
Souza, Janísio Xavier de
 So89e Educação pelo lazer: valores que envolvem a relação adulto-criança / Janísio Xavier de Souza. – Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Nelson-Carvalho Marcellino
 Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Lazer. 2. Recreação. 3. Educação de crianças. 4. Pedagogia. 5. Educação Física.
 I. Marcellino, Nelson Carvalho, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

Este exemplar “**Educação pelo Lazer: valores que envolvem a relação adulto-criança.**” corresponde a redação final da dissertação defendida por *Janísio Xavier de Souza* e aprovada pela comissão julgadora em 13 de agosto de 1999.

Campinas, 23 de setembro de 1999



Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

DEDICATÓRIA

Para quem sempre esteve ao meu lado: meus pais
Nilda e Zuza (in memoriam)
e meus irmãos Júnior, Miro e Nildo;

Para quem me ensinou, durante a nossa
convivência, a ser acadêmico, teórico, docente,
orientador e, principalmente, o que valorizo
muito: a ser amigo. Obrigado
Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ, que financiou este projeto;

Aos funcionários da FEF- UNICAMP, que sempre foram receptivos, eficientes e atenciosos comigo;

À banca examinadora, Mauro e Gisele, pelas contribuições na qualificação e o apoio recebido desde a minha graduação, tendo muito orgulho de ter sido seu aluno na UNESP...

Aos amigos, Zé, Edmur, Hélder, Taubaté, Kity, Liana, Lú, Viola, Léia, Sandra, pelo incentivo e apoio nos momentos mais difíceis;

Aos funcionários do clube, que muito me auxiliaram na coleta de dados;

Aos sócios do clube, principalmente às crianças, que são meu estímulo no trabalho que desenvolvo há quase uma década.

RESUMO

Pesquisa que combinou investigação bibliográfica, documental e de campo, este estudo pretendeu verificar os valores da relação adulto-criança, num contexto de experiência concreta (o lazer na infância), compreendendo nessa relação sujeitos situados historicamente, que podem ou não realizar valorações a partir de determinados valores que possuem, ou são levados a possuí-los através das Organizações das quais fazem parte. No caso específico, a organização enfocada é um clube, situado na cidade de São Paulo, capital, que pode ser classificado como “de elite”, e que apresenta como uma de suas características o oferecimento de serviços de lazer e de modalidades esportivas, para os filhos de seus associados. Procura-se questionar o estereótipo de criança sem problemas econômicos como criança feliz, e verificar se as barreiras para a prática do lazer, partes que são de um “todo inibidor”, situam-se apenas na dominação inter-classes, ou comportam também aspectos intra-classes sociais, especificamente o de faixa etária. Isso foi levado em conta na escolha da amostra, não probabilística, intencional, por critérios de representatividade e acessibilidade. O modo de investigação se pautou pelo estudo de caso, tendo sido utilizadas como técnicas de coleta de dados a observação participante, entrevistas e questionários. A pesquisa considera o duplo aspecto educativo do lazer- veículo e objeto de educação, mas privilegia a educação pelo lazer, enfocando, sobretudo, a relação adulto-criança no processo de valoração.

ABSTRACT

As a research that combined bibliographic, documentary and on campus work, this thesis intended to verify the values of the adult-child relationship, in a context of real experience (leisure in childhood) understanding in this relationship, persons historically situated, who can or not be evaluated from determined values that each one has, or are led to has through the organizations on which they are part of. In this specific case, the focus organization is a club, situated in the city of São Paulo, the capital, wich is classified as “the elite”, it shows as one if its characteristics the offer of leisure services and sports, in general, to their member’s kids. It tries to argue the stereotype of kids without economical problems as happy kids, and verify if the obstacles to the leisure practice are situated only in the inter-classes domination, or if they also holds social intra-classes aspects, specifically the age-range one. This was taking in consideration when choosing the sample, non probabilistic, intentional, by representativy and for accessibility approaches. The way the investigation was done was based on case studies using data collection techniques, participant observation, interviews and questionnaire. The research considers the double educational aspect of the leisure as education vehicle and object, but privileges the education for the leisure, giving emphasis, overall, to the adult-child relationship in the evaluate process.

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo I :Infância, Educação e Cultura	11
1. Introdução	12
1.1. O Estudo da Infância	12
1.2. O Duplo Aspecto Educativo do Lazer e a Questão dos Valores	21
1.2.1. As Atividades da “Recreação” como opção de Lazer	23
1.2.2. As Modalidades Esportivas do Ponto de vista da Educação para o Lazer	26
1.3. A Questão da Dimensão Axiológica no Lazer	27
1.4. O Lazer na Infância	35
Capítulo II : Os Caminhos Metodológicos	42
2.1. As “Categorias” de Análise	44
2.2. A Escolha da Amostra e a Coleta de Dados	45
2.3. Caracterização do Clube	52
Capítulo III : Cotejando Valores	59
3.1.Os Diretores	61
3.2. Sócios Frequentadores	68
3.3. Os Profissionais	76
3.4. A Voz das Crianças	89
IV. Conclusão Geral	95
Referências Bibliográficas	98

INTRODUÇÃO

O tema abordado na presente dissertação de mestrado é o lazer na infância, e o problema eleito é a relação entre os valores atribuídos ao tema por adultos e crianças em um grupo específico: os associados de um clube da cidade de São Paulo (adultos e crianças) e os profissionais que atuam diretamente com os filhos dos sócios, os quais freqüentam o clube regularmente como opção de lazer.

A questão central a ser discutida é: como os valores atribuídos por adultos e crianças ao lazer na infância inibem, facilitam ou dificultam a prática de atividades de lazer pelas crianças.

A questão acima está diretamente relacionada a minha prática profissional. Desde 1990 exerço a função de coordenador de uma equipe de monitores especializados em lazer e recreação, que desenvolvem atividades nos finais de semana, feriados e férias. Tinha como objetivo, desde àquela época, reestruturar esse serviço que era oferecido pelos clubes aos seus associados, para propiciar uma ampla variedade de atividades recreativas.

No presente estudo, é importante destacar que o entendimento das atividades de lazer e recreação não são restritas às desenvolvidas e propostas pela “**Recreação**”¹, mas, também, pelos profissionais que ministram aulas, cursos e promovem torneios ou apresentações com as crianças. Considero isso relevante porque procuro entender o lazer no seu duplo aspecto educativo: o lazer como veículo e como objeto de educação.

¹ No estudo utilizo o termo **Recreação** para designar a sala de lazer, local assim conhecido pelas crianças e os outros associados, sendo comum as seguintes expressões:

“- Você vai à Recreação?”, “- Estou indo para a Recrê”.

Um dos embasamentos teóricos no presente estudo é o tratamento do lazer de forma integral, não como atividade, mas como manifestação humana, de modo não isolado nessa ou naquela atividade, mas relacionado com as outras esferas de atuação humana (trabalho, escola, família, etc.). Utilizo o conceito de lazer de MARCELLINO (1987, p. 31) “... cultura vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’. O importante, como traço definidor, é o caráter ‘desinteressado’ dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa, além da satisfação provocada pela situação. A ‘disponibilidade de tempo’ significa a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”.

Um conceito central neste estudo é o de **valor**, relacionado a valores setoriais e ao processo de valoração. No caso específico dos valores do lazer na infância, proponho o questionamento da visão “funcionalista” do lazer e suas nuances, como também a visão abstrata de infância. Procuro, também, enfatizar os valores educacionais do lazer, destacando os relacionados ao desenvolvimento pessoal, social e, assim, de autonomia. Opto pela compreensão do lazer na concepção crítica de MARCELLINO que o entende como elemento capaz de gerar valores questionadores da realidade. Estes assuntos são analisados no **primeiro capítulo**.

Em seguida, no **segundo capítulo**, faço considerações sobre a instituição eleita – por critérios de acessibilidade e representatividade – , uma vez que o modo de investigação utilizado foi o “estudo de caso”, e, também, examino as características do clube e as modalidades oferecidas aos filhos dos associados. Apresento, ainda, os caminhos percorridos no que se refere à metodologia. O trabalho foi realizado pela combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo (SEVERINO, 1991, p. 126), com a inserção do pesquisador no grupo pesquisado. Na pesquisa de campo, a principal técnica de coleta de dados

utilizada foi a observação participante, complementada por entrevistas estruturadas com as crianças e questionários para os associados adultos (pais e diretores), e também para os profissionais da área, tanto da Recreação como de outras modalidades.

A estrutura do **terceiro capítulo** contempla o cotejamento dos valores verificados nas entrevistas e questionários, aplicados na pesquisa empírica, de campo. Esses dados são confrontados com a fundamentação teórica, explicitada no Capítulo I, e a análise documental, apresentada no Capítulo II, ressaltando o entendimento das atividades desenvolvidas para as crianças no clube, na perspectiva do duplo aspecto educativo do lazer, a valorização da democratização das atividades de lazer, reconhecendo, porém, o “Todo Inibidor” apontado por MARCELLINO (1995, pp. 49-56) como fator que limita ou dificulta estas atividades. Destaco, também, a visão crítica em relação à infância, considerando o clube um equipamento de lazer² no qual as pessoas, independentemente de faixa etária ou classe social, realizam valorações e têm os seus valores.

Convido o leitor, a partir das colocações presentes neste trabalho e nos valores nele expressos, realizar o seu próprio processo de valoração, com relação à problemática aqui abordada.

² Ao considerar o Clube como um equipamento específico de Lazer, temos que levar em conta que são: “...espaços especialmente concebidos para a prática das várias atividades de lazer.” (MARCELLINO, 1996, p.32)

Capítulo I

Infância, Educação e Cultura.

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo são abordadas as concepções e as idéias principais dos teóricos que se dedicam ao estudo da infância. Na seleção desses autores procurei utilizar como critério básico a relevância da sua explicitação e pontos de vista que estão ligados à questão da relação adulto e criança. Compreendo que o objetivo principal deste capítulo é revisar essas abordagens teóricas da infância pelos autores, para relacionar, posteriormente, essas concepções e conceitos com a problemática existente na convivência entre o adulto e a criança, detectada na pesquisa de campo, a partir da teoria crítica do lazer.

1.1. O ESTUDO DA INFÂNCIA

No Brasil, vários autores se preocupam com a discussão teórica da infância, realizando pesquisas sobre o tema, desde assuntos ligados à situação das crianças no país – a prostituição, a violência e o trabalho infantil – até assuntos ligados à educação e cultura. O que constato é que esses teóricos, ultimamente, procuram construir uma nova ótica de perceber a infância, delineando um referencial que concebe a criança na sua condição de ser histórico, político e cultural (KRAMER, 1996, p. 13). Fica muito clara a preocupação desses pesquisadores na recusa do entendimento da criança como ser infantilizado, “sementinha” ou filhote do homem, e na opção pela compreensão da criança na sua condição de sujeito histórico, que verte e subverte a ordem e a vida social (ibid., 13), enfocando-a como ser autônomo e digno (PRIORE, 1995, p. 9), com direito de ser, pensar, sentir, querer, viver e sonhar (DALLARI, 1986, pp. 21-26).

Segundo KRAMER (ibid., pp. 12-18) o enfoque dado à concepção da infância, concreta e historicamente situada:

“opõe-se ao conceito abstrato de criança, que é delineado com base em padrões fixos de desenvolvimento, de linguagem e de socialização, uma infância que é definida pela falta [grifo meu], por aquilo que não é, que não tem, não conhece e, fundamentalmente, uma criança compreendida pela negação de sua humanidade: filhote do homem, a ela cabe ser moldada ou no máximo se desenvolver para tornar-se alguém no dia em que, adulta, deixasse de ser criança”.

A autora ratifica que nos campos de atuação (prática de pesquisa, dimensão política e intervenção educacional) manifesta-se sempre [grifo meu] uma dada concepção de infância.

Opto por essa compreensão concreta de infância, que procura construir uma nova ótica dessa fase da vida, partilhando de um dos seus conceitos básicos, que é o de conceber a criança como produzida e produtora de cultura.

O entendimento da criança enquanto produtora de cultura não é um pensamento hegemônico na sociedade em que vivemos. Reconhecer esse ponto de vista consiste em adotar uma nova compreensão dessa faixa etária e da posição que a infância ocupa na sociedade atual. Em relação à posição social da criança o que predomina é considerá-la como futuro adulto. “Hoje em dia, pergunta-se à criança, o que ela vai ser quando crescer, em tempo verbal futuro.” (OLIVEIRA, 1993, p. 24).

Em **Estória de quem gosta de ensinar. O fim dos vestibulares**, o professor ALVES (1995, p. 45) realiza críticas à pergunta, que segundo o educador, é inevitável, necessária e que ninguém questiona: “Que é que você vai ser quando crescer?” Constata ALVES a “Inutilidade da Infância”, certificando

que: “Claro, se a coisa mais importante é a utilidade social temos que começar reconhecendo que a criança é inútil, um trambolho. Como se fosse uma pequena muda de repolho, bem pequena, que não serve para salada e nem para ser recheada, mas que propriamente cuidada acabará por se transformar num gordo e suculento repolho e quem sabe, um saboroso chucrute?”

No caso específico da interação entre criança e cultura, essa compreensão da criança criando cultura direciona novas abordagens no processo educativo e na intervenção pedagógica.

PERROTI (In ZILBERMAN, 1982, p.12), no artigo intitulado: “A criança e a produção cultural”, constata que: “Normalmente estamos habituados a pensar a criança numa perspectiva etária que a considera como um organismo em formação por excelência.” Segundo PERROTI, esse pensamento (a criança um ser em formação) poderia não ter mais importância se nele não existisse uma idéia evolucionista, que considera a criança como um ser incompleto que se define em função de algo que é evoluído, completo: o adulto”. PERROTI denomina essa visão de “Adultocêntrica”, tendo o adulto como ser completo e a criança como alguma coisa imperfeita, que necessita ser lapidada, educada. Essa lapidação será feita segundo critérios fixados pelo adulto.

Relacionando essa visão “Adultocêntrica” à criança enquanto produtora de cultura, menciona: “Nossa organização social é de tal modo “Adultocêntrica”, que nossas reflexões sobre a criança e seu universo cultural correm o risco de, repetindo a organização social, situar a criança em condição passiva face à cultura.” Conclui que: “Pensamos sempre na criança recebendo (ou não recebendo) cultura, e nunca na criança fazendo cultura ou, ainda, na criança recebendo e fazendo cultura ao mesmo tempo.” (ibid., p.18)

Outro autor que aponta essa tendência na sociedade burguesa é MARCELLINO. Diz o educador que a sociedade burguesa, instrumentalizando a cultura, desvaloriza, ou até mesmo deixa de considerar a criança enquanto tal, por não reconhecê-la como produtora de cultura (1989, p. 55). Destaca em outro estudo que, como consequência, o que se observa é que a produção cultural da criança é substituída cada vez mais por uma produção cultural para a criança, que a considera apenas como consumidor potencial. (MARCELLINO, 1996, p. 36, apoiado em PERROTI, op. cit.)

Essa visão redutora, questionada pelos autores citados, diz respeito à relação entre adulto-criança; portanto, quando da intervenção pedagógica, é necessário um posicionamento a respeito desse ponto de vista, uma vez que ficam implícitas relações de valores.

Nesse sentido, utilizo-me das afirmações de SILVA (1995, p. 13) que considera de extrema relevância a abordagem sistemática da relação valor-educação:

“...Porque o trabalho educativo, que é fundamentado em teorizações e manifestado concretamente através de ações, sempre [grifo meu] estará calcado em determinados valores e permeado de valorações, ainda que isso ocorra de modo implícito e não explícito.”

Portanto, se os profissionais que atuam com crianças possuem uma visão adultocêntrica, compreendendo-as como seres incompletos e sendo esse o seu referencial, estarão acentuando a visão da criança como um futuro adulto e poderão estar contribuindo para o seu entendimento somente como consumidora de cultura.

Nesse aspecto as considerações de SILVA (ibid., p. 70) são fundamentais, pois esclarecem que a educação sempre se faz a partir de bases axiológicas, portanto, fundamentada em determinados valores e visando, por outro lado, a transmissão, reprodução ou criação de novos valores.

Outro fator que pode ser limitante ou dificultar, em muito, a produção de uma cultura infantil é o espaço. As sociedades são dinâmicas, e esse dinamismo se reflete no espaço disponível para a criança. Chamo a atenção para o que nos alerta MARCELLINO: “Na nossa sociedade, e particularmente nas grandes cidades, ainda que por razões diferentes, as crianças não têm tempo e espaço para vivência da infância, como produtora de uma ‘cultura infantil’, e isso independente de sexo, ou de classes sociais.” (MARCELLINO, 1989, p.55)

A falta de espaço, principalmente nos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo, com certeza é um fator que impõe dificuldades as pessoas de um modo geral e, no presente estudo, especificamente às crianças, de vivenciar a sua faixa etária. Essa limitação de espaço pode influenciar diretamente na substituição de uma cultura produzida pela criança por um produto cultural realizado por terceiros. Isso acentuaria a visão da infância e da criança apenas como consumidora de cultura.

PERROTI (op. cit. p. 25) ressalta que tal perda não é substituível por qualquer tipo de produção cultural, por melhor que esta seja.

Privilegiando a valorização da produção cultural pela criança e reconhecendo que a falta de espaço limita ou dificulta a criação da cultura na infância, destaco que, quando da intervenção por parte dos profissionais, uma das primeiras providências a serem tomadas é assegurar um espaço no local de atuação. Considero importante destacar que a existência desse espaço funciona

como fator de “resistência” à situação vigente, e em oposição à visão “compensatória” dessa falta de espaço, principalmente com relação aos próprios públicos que, quando existem, não são adequados ao uso.

Quando há o espaço e ocorre a interação do adulto com a criança, passa então a ser fundamental refletir como isso ocorre.

LIMA (1989, p.11) denuncia a dominação exercida pelos adultos em relação ao espaço da criança e reconhece que: “A liberdade da criança é nossa insegurança, enquanto educadores, pais ou simples adultos [grifo meu] e em nome da criança, buscamos a nossa tranqüilidade, impondo-lhes até os caminhos da imaginação”. E aduz: “A insegurança não diz respeito apenas ao medo de que crianças fiquem expostas a possíveis perigos, pois estes são reais e podem ser controlados objetivamente; o medo maior é o do desconhecido, do novo que pode surgir na ação das crianças e que pode colocar-nos diante da necessidade de nos repensarmos enquanto profissionais, ou pessoas que dominam o saber e, portanto, o poder.” (ibid.)

O espaço que há, nesse processo, entraria como mais um elemento ativo de condicionamento da criança para o futuro adulto, conforme o padrão desejado pelo adulto, portanto, a valorização da visão “Adultocêntrica.”

Revela ainda Lima que esse condicionamento do espaço ocorre: “Porque os grupos que detêm o poder na sociedade sabem da potencialidade do ato autônomo e criativo na apropriação do espaço-ambiente” e, nesse sentido, “reprimem-se as iniciativas; os espaços por eles definidos se voltam para a criação da ilusão de sua superioridade; são programados para facilitar o controle e a repressão; e aumentam a dependência e a submissão dos dominados.” (ibid.)

Um dos grandes méritos de LIMA é que ela, além de realizar a denúncia, propõe um espaço construído para a criança e com as crianças. A escola e os parques constituem-se em locais que deveriam ser projetados adequadamente com uma série de intervenções; planejados, porém, não totalmente acabados, buscando despertar a iniciativa e o questionamento dos usuários. (ibid., pp. 52-78)

Julgo que esses posicionamentos críticos em relação ao espaço e sua apropriação deverão ser reflexões constantes dos profissionais que atuam com crianças em diversas instituições; mais ainda, no caso específico do clube e dos educadores que agem na perspectiva da valorização da democratização das atividades de lazer, estou de acordo com MARCELLINO (1995, p. 57) quando diz: “Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço.”

Outro aspecto que considero fundamental nessa relação adulto-criança está ligado ao papel do adulto. Reconhecendo a concepção concreta da criança, na discussão atual da teoria da infância, é necessário questionar qual seria a função do adulto nessa relação. Contesto tanto a Educação Tradicional, que valoriza sobretudo os modelos do mundo adulto, quanto a Educação Nova, que, segundo SILVA (1995, p. 105), enquanto pedagogia, desvaloriza o mundo adulto e o seu universo axiológico, como também, a herança cultural.

Para MARTINS (1993, pp. 14-15) a infância é o momento vital da humanização; o momento de transmissão de conquistas, as melhores conquistas sociais, morais e políticas das gerações passadas, ratificando o autor que se deve assegurar aos novos o que de melhor se fez. Portanto, percebe-se a valorização da infância como o instante de acolher o melhor do patrimônio cultural que foi elaborado por outras gerações.

Sobre essa transmissão do patrimônio cultural, WINNICOTT (1975, p. 75) reconhece o adulto como o mediador entre a herança cultural e a criança. Ressalta ser fundamental que o adulto nessa função tenha familiaridade com a herança cultural com a qual a criança deverá tomar contato. (ibid., pp. 151-152)

Considero ser essencial esse posicionamento do adulto no papel de mediador da cultura para a compreensão da relação que há entre crianças e adultos, que não é simples; pelo contrário, é muito complexa e com várias possibilidades: desde a compreensão da criança como tábula rasa e com uma atitude “passiva” perante a cultura e o adulto, tendo como resultado a valorização desse último, até a situação inversa, ou seja, a valorização unilateral da criança – o centro do universo, em que todas as suas vontades têm que ser respeitadas, segundo o senso comum. Opto por considerá-la como cidadã, que recebe influências e é influenciada pelo meio social em que está inserida, como qualquer pessoa.

Ainda sobre esse assunto gostaria de recorrer a ANDRADE (In FRIEDMAN, 1996, p. 97), que faz uma brilhante análise dessa relação na brinquedoteca, e que no meu modo de ver, pode ser estendida e servir de reflexão a outras áreas de atuação: “Esta relação criança–adulto pode ser uma das maiores riquezas da brinquedoteca, se tivermos consciência de que, para que este trabalho flua desta maneira, é preciso tornar os profissionais suficientemente qualificados, profissionais que enxerguem a infância para além dos ‘tempos fogueiros que os anos não trazem mais’, que se relacionem com as crianças como gente miúda que elas são hoje, com todas as peculiaridades, e não como projeto de gente grande. Pois os animadores não são apenas ‘gente que se ocupa das crianças na brinquedoteca’, são pessoas inteiras, têm história; são, como as crianças, gente de ‘carne e osso’.”

Profissionais competentes atuam com conhecimento e com constante reflexão da sua prática pedagógica, cientes que a sua intervenção educacional, como afirma SILVA (ibid, p. 13), sempre estará calcada em determinados valores e permeada de valorações³, ainda que isso ocorra de modo implícito e não explícito.

O que eu gostaria de frisar é que esses adultos-profissionais devem apresentar uma coerência durante a intervenção, desde a opção pela concepção de criança, qual é o seu papel na relação com elas e na questão axiológica, com base nas afirmações de SILVA, que diz: “... a educação sempre se faz a partir de bases axiológicas, portanto fundamentada em determinados valores e visando, por outro lado, a transmissão, reprodução ou criação de novos valores.” (ibid., p. 70)

Levando em consideração esse princípio de coerência e com base nos valores “educativos” do lazer discutirei a seguir as atividades desenvolvidas no clube, da perspectiva do duplo aspecto educativo do lazer.

³ Conceitos que serão discutidos no sub-item 1.3 intitulado: “*A questão da dimensão axiológica do Lazer*” a partir da página 27.

1.2. O DUPLO ASPECTO EDUCATIVO DO LAZER E A QUESTÃO DOS VALORES

Para o sociólogo REQUIXA (1976, p. 14) começa a se ampliar o dimensionamento do lazer no momento em que se vislumbra sua possibilidade na área da educação. Deve-se reconhecer esse potencial educativo do lazer na perspectiva de um processo duplo: como veículo privilegiado de educação (educação pelo lazer) e como objeto de educação (educação para o lazer).

Segundo MARCELLINO (1987, p. 59) embora seja quase unânime tratar o lazer nesse duplo processo de educação, entre os teóricos do lazer o enfoque que é dado na relação lazer / educação varia.

Pretendo salientar essa problemática com base na teoria crítica do lazer, portanto, questionando a visão “funcionalista” do lazer⁴.

MARCELLINO ressalta que qualquer consideração do potencial educativo do lazer, embasado em valores “funcionalistas”, caracteriza-se como uma visão utilitarista desse campo de atuação. O autor propõe que só tem sentido falar em aspectos educativos do lazer se esse for considerado como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social. Ratifica o posicionamento da visão crítica do lazer, dizendo: “Em outras palavras: só tem sentido falar em aspectos educativos do lazer, ao considerá-lo como um dos campos possíveis de contra-hegemonia.” (1987, pp. 63-64)

⁴ A visão “funcionalista” do lazer e sua crítica foram realizadas por Nelson Carvalho Marcellino em **Lazer e Educação** com as seguintes nuances: “Romântica”, “Utilitarista”, “Compensatória” e “Moralista”. Segundo o autor, todas essas abordagens podem apontar para uma visão altamente conservadora, que busca a paz social e a manutenção da ordem.(pp. 35-40).

Avalio, então, que os profissionais da área de lazer e de outras modalidades que trabalham no clube devem questionar a visão “funcionalista” do lazer, reconhecendo-o, para além do descanso e do divertimento (fundamentais), também como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social e assim, como um dos canais de atuação no plano cultural, possibilitando, portanto, a contestação da realidade atual. Porém, é preciso levar em consideração que também: “no circuito do lazer, estão presentes os mecanismos de reprodução de um sistema social em que impera a desigualdade.” (MACEDO & FIGUEIREDO, 1986, p. 63)

Considero que esses educadores, pois é assim que vejo os profissionais que trabalham com lazer em clubes, devam reconhecer a realidade concreta, utilizando a intervenção educacional com a intenção de mudança dos valores, apesar das possibilidades serem às vezes adversas.

Acredito que é necessário admitir, inicialmente, que o acesso às atividades do lazer não é igual para todos na sociedade, devendo os profissionais passar a atuar, assim, na valorização da democratização dessas atividades, por compreender que o direito ao lazer é um direito de participação cultural, superando o mero consumo de atividades culturais assegurado, inclusive, entre os direitos sociais da Constituição em vigor.

Penso que discutir a **Recreação** como uma alternativa educacional (educação pelo lazer) atuando em conjunto com as outras modalidades – as esportivas mais sistematizadas por exemplo – que são desenvolvidas no clube para os filhos dos associados (educação para o lazer), é fundamental para que os profissionais dessas áreas entendam e atuem no duplo processo educativo do lazer.

1.2.1. AS ATIVIDADES DA “RECREAÇÃO” COMO OPÇÃO DE LAZER

A compreensão do trabalho desenvolvido pela equipe de monitores de recreação, no clube, requer o entendimento das características básicas do lazer. Uma das propriedades que o distingue das outras dimensões humanas é o seu caráter liberatório, ou seja, o lazer resulta de uma “livre” escolha.

PARKER (1978, p. 61) ao analisar as dificuldades de planejamento no lazer argumenta que: “...se o lazer significa a livre escolha de atividades existem problemas especiais ligados ao processo de planejamento. Se a característica que define o lazer é o fato que este encoraja e promove oportunidades para o exercício das escolhas, segue-se que o propósito do planejamento para o lazer é fornecer a máxima diversidade possível”.

Creio que se não levarmos esse aspecto em conta estaremos descaracterizando o lazer, porque como esclarece PARKER: “...é possível promover socialmente os meios, mas não a finalidade que pertence à esfera da escolha e da experiência individual. O planejamento pode habilitar as pessoas a extraírem experiências escolhidas de lazer de seu meio ambiente, mas não deve legitimamente decidir por elas que tipo de lazer escolherão.” (ibid.)

Entendo que a questão da **Recreação**, como opção de lazer, é fundamental para a compreensão dessa dimensão humana como veículo de educação, sendo vital a intervenção dos profissionais da área quando essa característica não está sendo respeitada, principalmente com as crianças. Porque, mesmo reconhecendo as limitações que ocorrem no lazer, estou de acordo com MAGNANI (1984, p. 171), referindo-se ao trabalhador, quando afirma que é nesse

espaço, na nossa sociedade, em que as possibilidades de criação e escolha, com certeza, são maiores que as existentes numa linha de montagem.

Um outro teórico do lazer que valoriza essa “livre” escolha é o sociólogo DUMAZEDIER (1994, p. 87). Segundo o autor, uma das grandes vantagens das atividades de lazer é permitir escolhas e, por consequência, permitir o aprender a escolher. Elas estimulam a iniciativa e favorecem, assim, o desenvolvimento da Autonomia.

MARCELLINO (1996, p. 50) destaca que, ao se tratar do lazer como veículo de educação, é necessário considerar suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Para mim, os profissionais da **Recreação** devem atuar com a preocupação do desenvolvimento dos indivíduos que estão participando das atividades propostas pela equipe e intervir na realidade, tendo como argumento teórico a democratização das atividades de lazer.

A valorização da democratização das atividades do lazer implica em reconhecer que: “Quando se fala das atividades de lazer não fica difícil detectar um conjunto de variáveis, tendo como pano de fundo as limitações econômicas, formando um todo inibidor [grifo meu], quer em termos de quantidade e, principalmente, da qualidade de participação. A classe, o nível de instrução, a faixa etária e o sexo, entre outros fatores, limitam o lazer a uma minoria da população.” MARCELLINO (1995, p. 55)

Os profissionais que atuam com crianças têm que conhecer esse controle para a prática das atividades de lazer por todas as faixas etárias⁵ e classes sociais, conforme afirmei, entendendo o lazer como direito à participação cultural. Não

⁵ Coloco aqui, em destaque a faixa etária, por dizer mais de perto ao objeto deste estudo, mas é preciso reconhecer outros aspectos desse Todo Inibidor, conforme é analisado pelo autor, como o gênero, o espaço, etc.

em sua nuance compensatória da visão “funcionalista” do lazer e sim, como propõe MARCELLINO (ibid., p.56), na perspectiva de somar esforços, procurando vencer as barreiras sociais e culturais, que restringem a prática crítica e criativa do lazer a uma elite acumuladora de privilégios. Acredito, como esse autor, que esse seja o caminho que se apresenta aos grupos de pessoas que, conscientes dos valores próprios das atividades de lazer, deveriam, por uma questão de justiça social, democratizá-las.

O que relevo de importante no que o autor caracteriza como o “Todo Inibidor”, é que ele constata a dominação inter e intra-classe. No presente estudo as crianças envolvidas nas atividades não têm problema de subsistência, ao contrário de uma grande parcela da população do país⁶. São crianças que estudam em escolas privadas e podem ser sócias de um dos clubes mais tradicionais de São Paulo, fazendo parte, portanto, da classe privilegiada do país. Será que realmente estas crianças têm uma infância feliz e vivem no paraíso junto com as outras faixas etárias dessa classe privilegiada?

⁶ Segundo JESUS (1996, p. 34), em 1990 no Brasil, sete milhões e meio de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhavam e mais de 15% de crianças e adolescentes pertenciam a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo.

1.2.2. AS MODALIDADES ESPORTIVAS DO PONTO DE VISTA DA EDUCAÇÃO PARA O LAZER

Parece ser um consenso entre os estudiosos do lazer que para o desenvolvimento de atividades no tempo “disponível”, com uma participação crítica e criativa, é necessário aprendizado. REQUIXA, (1976, p. 39), MARCELLINO (1996, p. 50)

O aprendizado das atividades também é necessário para que os indivíduos conheçam os modos de ação que satisfaçam os vários interesses culturais do lazer e possam realmente optar dentre as possibilidades que se oferecem.

Segundo MARCELLINO (ibid., p. 51), a educação para o lazer, procurando a opção com as características de “livre escolha e expressão” é mais autêntica, quanto maior for o grau de conhecimento que permita o exercício de opção entre as alternativas variadas.

Compreendo que, no caso específico dos clubes, os profissionais das modalidades esportivas deveriam atuar com o objetivo de ensinar os conteúdos físico-esportivos para que as pessoas tenham condições de optar pela atividade no seu tempo “disponível”. O aprendizado dessas modalidades esportivas contribui, também, para a superação dos níveis na prática e “fruição”- o assistirdesses esportes no lazer ⁷.

Em relação à atuação com as crianças, os profissionais, dentro dessa visão de educação para o lazer, deveriam refletir como está sendo o processo ensino-aprendizagem nas “escolinhas de esportes”, pois, no meu entendimento,

⁷ DUMAZEDIER faz o seguinte questionamento: “Como proceder para introduzir a medida na qualidade?”. Esclarece que é preciso fazer uma análise do conteúdo em três dimensões: das atividades, dos gêneros e dos níveis dos conteúdos culturais dessa atividade de lazer. (In: **A teoria sociológica da decisão**, pp. 71-73).

na maioria das vezes esse processo, que deveria ser de iniciação, está valorizando a concepção da criança como futuro adulto produtivo, ou então, a valorização e comparação de performance, sempre objetivando a busca do campeão. Nesse aspecto, concordo com MARCELLINO, quando diz que a iniciação às várias modalidades (que sem dúvida é uma necessidade), da maneira como vem sendo processada, pode provocar efeitos contrários, bloqueando ao invés de estimular a prática (ibid., p. 53). Através de uma simples observação assistemática, posso citar vários exemplos de pessoas interessadas (adultos e crianças) em aprender uma modalidade esportiva para usufruir no seu tempo “disponível”, e que perderam o interesse e desistiram, devido à maneira com que foram (des)estimuladas na aprendizagem formal.

Acredito que os profissionais das modalidades esportivas, que atuam em clube, terão que detectar esses conflitos de valores e procurar agir na valorização dos interesses das pessoas que procuram “espontaneamente” essas práticas esportivas, para contribuir, de modo efetivo, para que esses indivíduos desenvolvam a participação crítica e criativa no seu lazer.

1.3. A QUESTÃO DA DIMENSÃO AXIOLÓGICA NO LAZER

Quanto à dimensão axiológica, o primeiro aspecto a se considerar está ligado à relação adulto-criança na sociedade em que vivemos. ALVES (1986, p. 95) constata que: “Os adultos, sempre e em toda parte, dão por certos os seus valores. Ninguém duvida que o estado de vida e o mundo adulto sejam superiores aos das crianças. As crianças são fracas.”

Na perspectiva acima, antes de tudo, quando se considera a dimensão axiológica é importantíssimo verificar a relação existente entre os valores e a

valorização. SILVA (1995) conceitua a “Valorização” como sinônimo de experiência, atividade ou relação axiológica que, enquanto tal, indica a vivência humana dos valores. Os valores não podem ser considerados como significações ou entidades permanentes, eternas e inalteráveis, independentes do homem ou da situação concreta que compõem o complexo processo de sua existência individual e social. (p. 21)

Segundo SILVA (ibid., pp. 18-23), o conflito básico e central da axiologia é a relação entre a subjetividade e a objetividade.

Em relação ao aspecto subjetivo dessa problemática a autora acima ressalta os seguintes pontos:

- a) Qualquer valor não tem existência, nem sentido desvinculados de uma valorização real e possível, portanto, do sujeito humano que valoriza;
- b) A vivência valorativa recebe a influência de todas as outras vivências anteriores e contemporâneas;
- c) Nem a vivência valorativa, nem as demais vivências que a acompanham são fixas; elas se modificam e mantêm entre si uma mútua relação;
- d) Ao valorarmos, portanto, uma obra de arte, um princípio moral, uma teoria educacional, um objeto qualquer que faça parte de nossa vida cotidiana, faremos isso com toda a nossa personalidade, através e a partir de uma particular cosmovisão.

Quanto ao aspecto objetivo SILVA argumenta que:

- a) Não há valoração sem valor, pois a atitude valorativa exige a presença de um objeto intencional;
- b) Há valores objetivos – qualidades objetivas – que nos levam muitas vezes a transcender nossas preferências pessoais e particulares: são grandes obras de arte dos grandes pensadores, das teorizações ou descobertas práticas originais e importantes, diferenciando-os, por exemplo, de seus correlatos que apenas conseguem despertar um interesse efêmero;
- c) Os valores que conhecemos estão encarnados em bens objetivos e seres, supondo sempre, portanto, um depositário; nesse sentido, entre o valor e seus depositários (ou “testemunhas”) há sempre uma relação significativa de interdependência, o que implica em afirmar que os diversos valores encarnados num mesmo depositário também estão intimamente vinculados.

Para SILVA (ibid., p. 134) a temática axiológica diz sempre respeito, obrigatoriamente, a sujeitos e objetos que se cruzam em relação de significação. Conclui que essas relações sujeito-objeto se dão, por sua vez, numa sociedade, numa cultura e numa época histórica determinada. Assim, os valores característicos do grupo social a que pertencemos condicionam os nossos julgamentos. Entretanto, nossas valorações são fortemente influenciadas, tanto por processos e situações culturais contemporâneas como passadas. Segundo a autora essa gama variada de mediações sociais, culturais, históricas, circunstanciais, enfim, que permeiam as atividades humanas de valoração, demonstra que a questão axiológica deve sempre ser examinada a partir da realidade humana, em suas circunstâncias e num amplo contexto de experiência.

Para o entendimento dos valores atribuídos ao lazer na infância, é preciso levar em conta tanto a denúncia de RUBEM ALVES sobre a dominação dos adultos, como a relação existente entre os valores e a valoração.

Nesse sentido, pretendo verificar os valores da relação adulto–criança, num contexto de experiência concreta (o lazer na infância), compreendendo nessa relação sujeitos situados historicamente, que podem ou não realizar valorações a partir de determinados valores que possuem, ou são levados a possuir através das Instituições de que fazem parte.

A discussão do lazer como valor é defendida por alguns teóricos do lazer, dentre eles o sociólogo REQUIXA (1976) para o qual é comum o entendimento do lazer como um valor. Embasado nesse conceito, analisa o valor como algo que os homens consideram desejável. Tanto podem ser idéias, como objetos materiais, ou instituições. Dessa forma, o “valor” surge como valor a partir do momento em que o grau de estima ou desejo em relação a alguma coisa, a alguma idéia ou a algum modo de vida, que lhe é inerente, ganha tal intensidade que passa a ser entendido como algo importante e desejável, admitindo e justificando um determinado esforço para ser alcançado. (p. 26)

REQUIXA afirma também que, em relação aos valores do lazer que vão emergindo e vão sendo descobertos e aceitos, essa transição não aconteceu de forma tranqüila. Nos países de tradição protestante puritana – como EUA e Inglaterra – a assimilação do lazer como valor teria que se processar de forma lenta, simplesmente porque a ética puritana sempre insistiu na supervalorização moral do trabalho. O valor aceito, portanto, era o trabalho e não o lazer. (ibid., p. 26)

Relativamente aos valores atribuídos pela ética protestante, PARKER (1978) afirma que essa enobrecia o trabalho e relegava o lazer à condição de um

pouco de tempo livre, embora as atividades empreendidas nesse período pudessem ter valor, desde que utilizadas de forma a reintegrar os homens ao trabalho. (p. 30)

Depreende-se, dessa forma, a visão “utilitarista” do lazer, ou seja, a redução do lazer à função de recuperação da força de trabalho ou sua reciclagem. (MARCELLINO, 1986, p. 18)

Sobre a questão da valorização das esferas humanas MARCELLINO observa nos textos de teóricos brasileiros da educação que apenas um deles define lazer e que as diversas abordagens da educação valorizam, antes de tudo, o trabalho como expressão humana. (ibid., p. 18)

Ainda sobre a questão do lazer como valor, ROLIM (1989, p. 104) propõe que:

“Na mutação de valores, o lazer emerge como um valor novo, antítese do valor-trabalho. Valor novo porque marcado das propriedades: liberdade, gratuidade, personalidade e hedonismo; inexistente no valor-trabalho, onde impera a obrigatoriedade pessoal, o lucro, o anonimato, e o dever.”

Concordo com MARCELLINO, quando faz ressalva da valorização unilateral de qualquer das esferas humanas, quer seja o lazer ou o trabalho. Isso significa entender o homem de maneira parcial, mesmo porque considerar o lazer em sua especificidade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. (Ibid., 1986, p. 28)

Com relação ao lazer na infância, é preciso tomar o cuidado acima apontado, ou seja, não valorizar somente uma das áreas de atuação,

principalmente o lazer, em detrimento, por exemplo, das obrigações escolares, pois cairíamos em uma visão “compensatória” do lazer, ou então em apologias da desescolarização. Portanto, parte integrante da vida do homem urbano, o lazer não pode ser considerado isoladamente como única fonte de realização humana numa sociedade cada vez mais desumana. (MARCELLINO, 1995, p. 28)

Em relação às “categorias” para análise dos valores atribuídos ao lazer na infância utilizarei as várias nuances da abordagem “funcionalista” elaboradas por MARCELLINO (1987), que analisa os valores expressos com relação a essa área de atuação humana em vários autores brasileiros que se dedicam ao estudo do lazer. Esse autor diz que essas abordagens não se encontram isoladas, ao contrário, apresentam-se interligadas no pensamento dos vários teóricos, sendo especificadas unicamente para fins de análise. Ressalta que: “Qualquer tentativa de investigação, nesse sentido, não pode perder de vista que se está enfocando valores setoriais; as observações que foram feitas não devem ser entendidas em campos estanques separando valores positivos de negativos.” (p. 35)

Sobre os valores setoriais, DUMAZEDIER (1980b, p. 82) conceitua-os como os valores que não decorrem das concepções gerais, pois correspondem a setores da vida e das atividades humanas: valores familiares, artísticos, esportivos, etc. Diz o autor que, inversamente, duas pessoas podem estar de acordo com os mesmos valores setoriais: o mesmo amor à família, a mesma predileção pelo esporte, e defenderem ideologias gerais opostas.

Retomando as considerações em relação aos valores atribuídos pelos autores brasileiros, MARCELLINO (1987) afirma que de todas essas abordagens – romântica, moralista, compensatória ou utilitarista – pode-se depreender uma

visão “funcionalista” do lazer, altamente conservadora, que busca a paz social e a manutenção da ordem. (p. 38)

Em artigo publicado na Revista Reflexão (MARCELLINO, 1986, p. 18) reafirma que essa visão “funcionalista” instrumentaliza o lazer como recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade harmoniosa, ou fator que ajuda a suportar a disciplina e as imposições sociais e a ocupar o tempo com atividades equilibradas e corretas do ponto de vista “moral”.

O sociólogo britânico PARKER (1978, p. 91), realizando considerações sobre os tipos de relação trabalho-lazer, destaca que nela já se encontra a abordagem tradicional funcional da teoria sociológica. E ainda afirma, sobre essa teoria, cujo principal expoente é Talcott Parsons, que ela se preocupa com os tipos de problemas que precisam ser solucionados para que a sociedade sobreviva e evolua, dentro da estrutura social vigente.

Sobre a visão “funcionalista” do lazer e sua crítica, MARCELLINO (1989, pp. 44-45), observa que:

“Contrapõe-se a essa visão do lazer como instrumento de dominação aquela que o entende como fenômeno gerado historicamente, do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente. Assim, a dimensão do lazer na vida moderna significa considerá-lo como um tempo privilegiado para vivência de valores que possam contribuir para mudanças de ordem moral e cultural. Mudanças necessárias para a implantação de uma nova ordem social”.

Não considero o lazer como válvula de escape, ou como instrumento de dominação e manutenção da ordem estabelecida. Opto por considerá-lo, e é preciso fazê-lo quando se acredita na necessidade de mudança, na visão crítica

do lazer, como um dos canais possíveis de atuação no plano cultural, agindo como denúncia da realidade, ou, conforme MARCELLINO (1989, p.40), o lazer como possibilidade privilegiada para a vivência de valores que embasem mudanças ou abram perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para a implantação de uma nova ordem social.

E essas considerações ganham mais força ainda quando se fala de criança, ou melhor de crianças, objeto central desse estudo, em que é mais concreta a verificação da possibilidade do novo, da contestação que possa contribuir para o nascimento de novas idéias, de novos valores, num exercício de valorização modificador, ou pelo menos, questionador, da ordem social vigente ou do mundo como lhes é apresentado.

1.4. O LAZER NA INFÂNCIA

Um dos fatores fundamentais para a compreensão do lazer na infância está relacionado à posição dessa faixa etária na sociedade em que vivemos.

Em relação à posição predominante no senso comum verifica-se a sua consideração tendo como única finalidade a preparação para o futuro. A valorização da infância nesse enfoque de caráter propedêutico, no meu entender, motiva várias maneiras de agir e pensar sobre e com as crianças, inclusive com relação ao seu lazer.

Muitos autores contestam essa posição adotada em relação às crianças. Um desses autores é o educador polonês Janusz KORCZAK (1981, p. 152), que no livro **Quando Eu Voltar A Ser Criança**, faz as considerações abaixo:

“As crianças são os homens do futuro. Quer dizer que eles existirão um dia, mas por enquanto é como se ainda não existissem. Ora, nós existimos: estamos vivos, sentimos, sofremos. Nossos anos de infância são anos de uma vida verdadeira.”

O autor, nesse livro belíssimo, não discursa sobre a criança: faz-se porta-voz delas, pois, “voltando” a ser criança revive o mundo e mostra-nos as dificuldades de ser criança neste mundo feito, pensado e mandado pelos adultos. Quero frisar que este “mundo feito, pensado e mandado”, é visto da perspectiva do adulto “produtivo”. Portanto, quando da discussão do lazer na infância, não podemos deixar de considerar a característica de preparação para o mundo produtivo, como também desconsiderar as outras categorias sociais (portadores de deficiência em geral) e faixas etárias (idosos), que, de uma maneira ou de

outra, não se encaixam nesse modo de produção, ficando à margem do processo que hoje vigora na sociedade.

Ratifico essa posição compreendendo que só há sentido falar em lazer em certas faixas etárias se a questão for colocada para simplificar a análise e mostrar suas peculiaridades, porém, sem perder a visão de totalidade dessa dimensão humana.

Se os profissionais atuarem somente dentro de uma perspectiva propedêutica não estarão agindo para a mudança do sistema atual; ao contrário, estarão contribuindo para o reforço dos valores ora predominantes.

Outra consideração importante sobre o tema se liga aos diferentes conceitos de infância que foram construídos ao longo da história.

O historiador Philippe ARIÈS (1981, p. 156) afirma que na sociedade medieval, sua referência histórica, o sentimento da infância não existia. O autor esclarece que este não significa o mesmo que afeição pelas crianças, mas: “...corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.” Confirma, também, que essa consciência não existia: “Assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia destes” (ibid.). Considera ainda, que “quando a criança superava o período de alto nível de mortalidade (em que sua sobrevivência era improvável) ela se confundia com os adultos.” (ibid., 157)

Sob a influência da obra de ARIÈS, KRAMER (1996, pp. 18-19) observa que: “A mudança da concepção de infância foi compreendida como sendo eco da própria mudança nas formas de organização da sociedade, das relações de

trabalho, das atividades realizadas e dos tipos de inserção que nessa sociedade têm as crianças”. Segundo a autora, assim entendida a questão, não se trata de estudar a criança como um problema em si, mas de compreendê-la segundo uma perspectiva histórica da própria sociedade.

A pesquisa histórica é útil para se compreender a situação atual, como propõe KRAMER (ibid., p. 19): “A idéia de infância não existiu sempre e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel da criança na comunidade. Se na sociedade feudal a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância, é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade.” (In: KRAMER, 1982, p. 18)

PHILIPPE ARIÈS (ibid., pp. 163-164) ratifica sua tese dos sentimentos da infância distinguindo dois deles:

“O primeiro sentimento da infância – caracterizado pela ‘papa-ricação’ – surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo, ao contrário, proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o século XVII, e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas haviam se tornado sensíveis ao fenômeno outrora negligenciado da infância, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar.”

Os sentimentos modernos da infância (‘paparicação’ e ‘moralização’), que são detectados na sociedade urbano–industrial, assim como a escolarização e o lazer, devem ser compreendidos, fundamentalmente, como fenômenos gerados historicamente, e, portanto, fruto da ação de sujeitos historicamente situados.

Ainda sobre esses sentimentos da infância e a relação com os adultos, volto a KRAMER (1981, p. 18), que os analisa da seguinte maneira, reportando-se a Ariès: “Para ARIÈS (1978), o sentimento da infância corresponde a duas atitudes contraditórias dos adultos [grifo meu]: uma considera a criança ingênua, inocente e pura e é traduzida por aquilo que ele chamou de ‘paparicação’; a outra surge simultaneamente à primeira como um ser imperfeito e incompleto que necessita da ‘moralização’ e da educação feita pelo adulto”.

Concordo com MARCELLINO (1987, p.107) que, em relação a esses dois sentimentos, destaca que, “paparicada” ou “moralizada”, na nossa sociedade, a criança não pode dispor do seu tempo, uma vez que como ser incompleto será “lapidada” pelo adulto, e que esses sentimentos que derivam em atividades controladoras, têm no lazer um instrumento importante e eficaz de viabilização.

Diante do exposto é preciso considerar, dentro do enfoque principal do estudo, que os profissionais que atuam com as crianças na perspectiva da concepção concreta da infância e na valorização da democratização das atividades de lazer, devem atuar na minimização dessas barreiras sócio–culturais, que são atitudes contraditórias (KRAMER, op. Cit.) e controladoras (MARCELLINO) dos adultos em relação às crianças. Esses sentimentos podem contribuir para o furto do lúdico da criança, assunto que será discutido a seguir.

Quando da observação do lazer na infância, um dos aspectos mais destacados está relacionado à questão da obrigatoriedade. PARKER (1978, pp. 60-61)

coloca que é questionável que o conceito de lazer possa ser usado corretamente para crianças em idade pré-escolar, pois o tempo ainda não as tornou ligadas institucionalmente às atividades. Segundo o sociólogo britânico, esse conceito é adequado para crianças em idade escolar, embora a escolha de ocupação de lazer seja normalmente restringida pelos pais e pela quantidade de gastos. Observo, nas colocações desse autor, uma postura sobre o lazer na infância de uma maneira abstrata, não o considerando em sua especificidade concreta.

A respeito dessa suposta falta de obrigatoriedade das crianças, MARCELLINO (1987, p. 108) analisa as abordagens da questão em relação à criança, por abstrações que, segundo ele, idealizam uma faixa etária como portadora de algumas peculiaridades aplicáveis a todos os seus componentes. Esse argumento da idealização dessa faixa etária no tempo disponível é complementado pelo raciocínio de que entre os atributos inquestionáveis está justamente a “falta de compromisso”, afetada quase exclusivamente pela obrigatoriedade da atividade escolar.

É importante acrescentar que as colocações acerca da infância “risonha e franca” ganham matizes muito mais acentuadas, quando se fala de crianças pertencentes a faixas da população de mais alto poder aquisitivo – da classe dominante. Não se percebe assim, o todo inibidor, já referido anteriormente, deixando-se, assim, de considerar a dominação intra-classes, em nosso caso específico o de faixa etária.

Não compreendo a infância à parte da sociedade, como também assim não entendo o lazer; portanto, creio que a discussão teórica do lazer na infância está diretamente relacionada à opção concreta do lazer na infância. Compartilho do posicionamento de MARCELLINO, que discute essa perspectiva do lazer na

infância na sociedade brasileira. Segundo ele: “Quando da discussão do termo lazer na infância a resposta a esta questão está ligada à dominação exercida à cultura com o ‘furto’ do seu componente lúdico.” (1989, p. 53)

O autor considera o lazer como espaço privilegiado para a manifestação do lúdico como componente da cultura (mas não único). Afirmar que a análise da criança inserida na sociedade demonstra que, de uma perspectiva mais geral, o que vem se verificando, de modo crescente, é o furto da possibilidade da vivência do lúdico na infância, ou pela negação temporal e espacial do jogo, do brinquedo, da festa, ou mesmo através do consumo “obrigatório” de determinados bens e serviços oferecidos na sociedade como um grande supermercado. (ibid., pp. 54-55)

Considero, portanto, que os profissionais que atuam com crianças, terão que refletir na sua prática profissional se estão contribuindo para o “furto” do lúdico na sua intervenção, ou possibilitando a vivência desse componente da cultura pela criança, levando em conta, como já foi discutido, a sua consideração como cidadã do mundo a que pertence, no qual ela é um “pessoa”.

A necessidade da vivência do componente lúdico da cultura, e o seu furto precoce independem de classe social. O furto provoca uma igualdade que implica na consideração de uma unidade na infância que MARCELLINO, (apoiado em ALVES) denominou de “proletarização das crianças”. O autor considera que mesmo reconhecendo as diferenças de classes entre as crianças, em relação aos adultos todas as crianças são proletárias em termos de projeto humano e da própria vivência de sua faixa etária. (ibid., p. 58)

Pela discussão até aqui colocada, é importante considerar, na prática profissional dos educadores que trabalham com lazer em clubes ou quaisquer

outras organizações, essa concepção concreta do lazer na infância, reconhecendo a unidade provocada pelo furto do lúdico. Isto nos leva a concluir que, em relação aos adultos, as crianças de qualquer classe social são proletárias. Considero que os profissionais da área de lazer devem também reconhecer essa unidade e apontar novos caminhos nessa relação adulto-criança; caminhos que entendo como desafios aos animadores sócio-culturais que estão comprometidos com os valores de mudança social e da participação cultural crítica e criativa de todas as faixas etárias e classes sociais nessa dimensão da manifestação humana.

Capítulo II

Os caminhos metodológicos

Neste capítulo descrevo os caminhos metodológicos do estudo e análise, a partir da pesquisa documental, as características apresentadas pelo Clube, assim como aponto os seus limites técnico-administrativos.

Do meu ponto de vista, as colocações feitas sobre o Clube são fundamentais, uma vez que, conforme já apresentado no Capítulo I, o conceito de lazer com o qual trabalho neste estudo, entende-o como situado historicamente. Assim, não é possível o estudo dos valores que envolvem a relação adulto-criança de uma forma isolada, abstrata, pois fazem parte de um todo: a Sociedade em que vivemos e o Clube no qual essas relações são estabelecidas.

Quanto ao tipo de pesquisa, o estudo combina as pesquisas bibliográfica, documental e de campo (SEVERINO, 1991, p. 126), tendo como cenário um clube da cidade de São Paulo.

O Clube ⁸, escolhido pelos critérios não-probabilísticos de acessibilidade e representatividade, tem como uma de suas características oferecer serviços de lazer/recreação para os filhos dos associados nos finais de semana, feriados e férias.

Fui responsável pela elaboração do projeto de equipes de recreação e lazer em outros clubes e ressalto que, em termos de representatividade, o Clube eleito é pioneiro, prestando esse serviço há mais de dez anos.

Além disso, o Clube também foi escolhido porque congrega em seu corpo de associados parte da “elite” da cidade de São Paulo, o que leva a crer que as crianças participantes não tenham problemas econômicos. Um dos

⁸ Destaco que houve a concordância pela organização eleita, porém, “...a Diretoria optou pela não divulgação do clube...”. D.E. – 462/96, o que será amplamente respeitado.

objetivos do estudo é verificar exatamente se a dominação intra-classes (no caso a faixa etária) perpassa a dominação inter-classes.

2.1. AS “CATEGORIAS” DE ANÁLISE

Com relação à pesquisa bibliográfica, as técnicas foram baseadas na leitura analítica (SEVERINO, 1991, pp. 43-57)⁹, que apontaram as seguintes “categorias de análise”, classificadas por mim como três “teorias”. A saber: Teoria da Infância, Teoria do Lazer e Teoria Axiológica.

1- Na Teoria da Infância, na relação adulto–criança, considere:

- a visão “Adultocêntrica”, de Edmir PERROTI (1982);
- a “Inutilidade da Infância”, de Rubem ALVES (1995);
- os sentimentos modernos da Infância, de Philippe ARIES (1981);
- o adulto como mediador do patrimônio cultural, de WINICOTT (1975) e PERROTI (In ZILBERMAN, 1982);
- o adulto como mediador do espaço, de LIMA (1989).

2- Na Teoria do Lazer:

- furto do lúdico da cultura infantil, de MARCELLINO (1989);
- a visão “funcionalista” do lazer e suas nuances e sua crítica, de MARCELLINO (1987);
- “todo inibidor”, de MARCELLINO (1995);

⁹ Segundo o autor, seus processos básicos são: análise textual, análise temática, análise interpretativa, problematização e síntese pessoal.

- duplo aspecto educativo do lazer, REQUIXA (1976) e MARCELLINO (1995);
- valores de democratização das atividades de lazer, DUMAZEDIER (1980) e MARCELLINO (1995).

3- Na Teoria Axiológica:

- valores e valoração (implícito ou explícito), de Sônia SILVA (1995).

2.2. A ESCOLHA DA AMOSTRA E A COLETA DE DADOS

Ratifico que as “categorias”, explicitadas no primeiro capítulo, foram utilizadas na pesquisa documental e na pesquisa de campo.

Na pesquisa de campo foram empregadas três técnicas de coleta de dados: a entrevista, o questionário e a observação participante.

Para BRUYNE (1977, p. 209) várias técnicas de coletas de dados devem freqüentemente ser empregadas numa mesma pesquisa para reunir um feixe de dados ao mesmo tempo disponíveis e acessíveis, conforme o seu objeto de estudo.

Em relação à questão dos dados acessíveis, registro que no projeto inicial da pesquisa não seriam utilizados os questionários porém, com o decorrer da coleta de dados tive que recorrer, além da entrevista estruturada, também àquele instrumento, transformando o roteiro da entrevista em questionário. Este foi entregue e explicado pessoalmente a cada um dos componentes de uma parte da amostra, explicitada a seguir.

O tipo de amostra utilizado foi a não probabilística por quotas (ibid., pp. 217-218).

No Clube, o modelo da população é assim especificado:

1 – As crianças: os filhos dos associados a partir de sete anos, que freqüentam o clube regularmente, podendo usufruir ou não dos serviços da equipe de lazer.

2 – Os adultos:

a) Sócios:

a1) Os sócios proprietários, pais das crianças que freqüentam o clube à época da pesquisa;

a2) Os ex-diretores executivos, os responsáveis pela criação e manutenção das modalidades esportivas e de lazer em gestões anteriores;

a3) Os diretores executivos atuais, que respondendo pelas áreas que desenvolvem trabalhos para os sócios dependentes são responsáveis pela nomeação e liberação de recursos para o desenvolvimento dos serviços prestados aos filhos dos associados;

b) Profissionais:

b1) Os atuais profissionais que atuam diretamente com as crianças nos vários setores das modalidades esportivas: tênis, vôleio, equitação, adestramento. A única modalidade não relacionada

ao hipismo é o tênis. Do meu ponto de vista, isto mostra que o Clube não está voltado unicamente aos esportes hípicas.

b2) Os profissionais que atuaram na equipe de recreação / lazer desde 1990, quando assumi a coordenação da equipe.

No início do estudo o tipo de instrumento de coleta de dados que se pretendia utilizar era a entrevista estruturada para toda a população. Porém, conforme observado anteriormente, foi preciso lançar mão dos questionários junto aos sócios proprietários, ex-diretores, diretores atuais e alguns profissionais. Mesmo havendo receptividade em responder as perguntas, existia a limitação do tempo. Assim, com o decorrer da coleta de dados, percebi que o segmento de adultos só poderia responder um questionário, levando as questões para casa.

Os pais das crianças que não freqüentam a **Recreação** responderam os questionários e os entregaram às secretárias dos departamentos que utilizam regularmente. Houve casos, como na Escola de Equitação, em que os questionários foram entregues pelos motoristas dos sócios, porque não freqüentam o clube durante a semana. Alguns o fazem somente em dias de eventos. Os ex-diretores de área, que na atual gestão continuaram no mesmo cargo ou foram ocupar outra diretoria, também entregaram os questionários em seus respectivos departamentos. Ouvi muitas indagações do tipo:

“Posso responder depois, e entregar no Departamento de Salto?”.

“Amanhã eu trago respondido e deixo na Tesouraria.”

“Vou voltar somente na semana que vem de viagem. Posso pedir para meu motorista trazer respondido amanhã e deixá-lo na Secretaria?”

Mesmo assim, a taxa de retorno dos questionários pode ser considerada elevada, chegando a 60% (sessenta por cento) para os profissionais envolvidos com a relação adulto/criança. (ver quadro abaixo)

	Distribuídos	Retornaram
Profissionais	14	09
Pais das crianças que freqüentam outras modalidades	15	09
Membros da diretoria	20	16
Total de entrevistas:	49	34

Para os pais de crianças que freqüentam outras modalidades e não a **Recreação** foram distribuídos 14 (catorze), retornando 9 (nove), estabelecendo uma taxa de retorno acima de 60% (sessenta por cento).

Para os membros da Diretoria esta taxa foi de 80% (oitenta por cento), foram distribuídos 20 (vinte), retornando 16 (dezesesseis) questionários.

Além dos questionários foram realizadas 43 entrevistas, assim distribuídas:¹⁰

7 (sete) com monitores diretamente envolvidos com a área de **Recreação**;

¹⁰ Sendo o critério utilizado para o estabelecimento do número de entrevistas o de “saturação de dados”, a partir da acessibilidade.

2 (duas) com monitores relacionados com a relação adulto/criança, não diretamente ligados à **Recreação**;

8 (oito) com pais de crianças que freqüentam a **Recreação**;

6 (seis) com crianças que não freqüentam a **Recreação**,

e 20 (vinte) com crianças que freqüentam a **Recreação**.

Foram analisadas, ao todo, 43 (quarenta e três) entrevistas.

Em relação às entrevistas com as crianças¹¹, procurei saber:

- a) O que fazem quando estão no clube.
- b) Quando não estão na escola aonde ficam.
- c) O que fazem quando não estão na escola.
- d) Do que gostam de brincar.
- e) Qual é o lugar em que mais gostam de brincar.
- f) Se brincam no clube mais do que em outro lugar.
- g) Se brincam na escola.

Aos sócios freqüentadores perguntei:

- a) O motivo de serem sócios do Clube.

¹¹ As pré-entrevistas foram realizadas com as crianças, profissionais das áreas de lazer e outras modalidades.

- b) Se consideram o clube um local ideal para a prática de lazer para seus filhos.
- c) Se quando as crianças estão fora da escola fazem outras atividades.
- d) Se acreditam ser importante o acompanhamento de adultos quando as crianças estão brincando.
- e) Que função vêem no lazer para as crianças.

Dos diretores atuais quis saber:

- a) Qual a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo clube, destinados aos filhos dos associados, como: Volteio, Equitação, Tênis e Recreação.
- b) Se consideram o clube um local privilegiado para a prática de lazer para as crianças.
- c) Que função vêem no lazer para as crianças.

Aos ex-diretores perguntei:

- a) Por que incentivaram, em sua gestão, as atividades destinadas às crianças, como Equitação, Tênis e Recreação.
- b) Se consideram o clube um local privilegiado para a prática de lazer para as crianças.
- c) Que função vêem no lazer para as crianças.

Aos profissionais que trabalham na Recreação indaguei:

- a) Que função vêm no lazer para as crianças.
- b) Se já trabalharam com lazer para crianças em outros locais (Acampamentos, Clubes).
- c) Por que preferem, ou não, atuar com os filhos dos associados do Clube.
- d) O que valorizam no trabalho desenvolvido com as crianças.
- e) Se têm preferência em trabalhar com crianças.

Dos profissionais das outras modalidades, diferentes da Recreação, quis saber:

- a) O que mais valorizam no trabalho desenvolvido com os filhos dos associados;
- b) Se acreditam que atuam diretamente na formação dessas crianças;
- c) Já trabalharam em outros locais desenvolvendo o mesmo;
- d) Se têm preferência em atuar com a faixa etária específica;
- e) Que função vêm no lazer para as crianças.

O tópico seguinte foi baseado na análise documental, utilizando o documento elaborado pelo Conselho Deliberativo (o Estatuto Social) e os informes para os associados da atual Diretoria Executiva (biênio 1997-1998). Esses documentos são usados para apresentar as características próprias do

Clube e, através da minha experiência profissional, cotejar com as de outros clubes em que trabalhei.

O que se objetiva, conforme já colocado anteriormente, é situar concretamente os valores analisados no contexto do qual fazem parte.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DO CLUBE

O clube estudado apresenta como característica primeira o fato de ser uma associação civil, sem fins lucrativos.

Seu órgão normativo é o Conselho Deliberativo, assim constituído:

Trinta membros eleitos pela Assembléia Geral Ordinária, com mandato de quatro anos, (a cada dois anos, a metade de seus membros pode ser renovada); membros natos que são os ex-presidentes, eleitos para a Diretoria, e que tenham completado os seus mandatos, desde que não façam parte da Diretoria ou do Conselho Deliberativo de associações congêneres (Estatuto Social, Seção 2, p. 13).

Dentre as funções atribuídas ao órgão normativo está a de eleger ou destituir o presidente e o vice-presidente da diretoria executiva, como, também, a de interpretar e reformular os Estatutos Sociais e aprovar e reprovar a admissão de novos sócios.

O **órgão executivo**, tem a função de executar os atos administrativos do clube. Segundo o Estatuto Social (art. 84, seção 4, p. 19), ele é constituído por três membros eleitos pelo Conselho Deliberativo: o Presidente, o Vice-Presidente Administrativo e o Vice-Presidente de Esportes. O mandato dessa

Diretoria é de dois anos, sendo permitida apenas uma reeleição. Ela também é composta por treze diretores nomeados pelo presidente e todos deverão ter, no mínimo, dois anos como sócios proprietários. É importante ressaltar, para a finalidade deste estudo, que esses diretores são responsáveis pelos Departamentos e funcionários que os compõem, podendo demiti-los ou contratá-los.

É fundamental, para mim, que sejam conhecidas essas nuances administrativas, porque são fatores que têm influência direta quanto aos limites técnico-administrativos dos profissionais que trabalham no Clube.

Um dos limites acima, constatado através de minha experiência profissional e da observação participante, é o tempo de duração do mandato da diretoria executiva: dois anos é um tempo curto. Complicam, ainda, o desenvolvimento dos trabalhos, as freqüentes mudanças de diretores de área na mesma gestão, dificultando a continuidade dos projetos já propostos e em andamento.

Outra limitação é a dificuldade de encontrar profissionais da área com capacitação para ocupar os cargos de diretoria. Muitas vezes esses diretores são sócios envolvidos com outras ocupações e que aceitam o cargo por fazerem parte do círculo de amizades do presidente.

Constatarei os mesmos problemas em outros clubes, locais onde realizei, juntamente com monitores especializados, projetos de lazer e recreação e também atividades isoladas, como eventos em datas comemorativas.

Segundo a última versão do Estatuto Social, o clube tem como finalidade precípua a prática e o desenvolvimento do Hipismo e, ao lado desta, objetiva

proporcionar a seus associados de uma maneira geral, a prática de educação física e esporte amador, bem como a realização de atividades sociais, culturais e recreativas (p.1). Portanto, o Estatuto ratifica como principal função o hipismo amador, porém, não descarta outros objetivos como uma organização social, tendo a preocupação em proporcionar atividades para o seu quadro associativo. Para tanto, coloca nas “sociais, culturais e recreativas”, o âmbito dos conteúdos do lazer, especificado no conceito adotado neste estudo.

Na página 8, artigo 26, do mesmo documento, essa preocupação com a prática das atividades físico-esportivas, de modo especial, fica mais evidente, no item “c”, que se reporta aos direitos dos associados e dos seus dependentes:

“servir-se de todas as instalações para a prática de esportes.”

A valorização da prática dessas atividades “sociais, culturais e recreativas” torna-se mais clara, no item c da página 26, artigo 97, retratando o que compete à diretoria social, não citando especificamente a criança, mas utilizando o termo juventude. Nele consta que a diretoria deve promover o conagraçamento da juventude, preparando-a [grifo meu] para sua integração na coletividade, por meio de organização de programas próprios às diversas idades. Nota-se o caráter propedêutico: a utilização das atividades propostas pela diretoria social para serem vivenciadas não em si mesmas, mas para servir como introdução ao convívio com os demais associados. Estas atividades, propostas com esta finalidade, no meu entender, identificam-se com a maneira de perceber a infância, cuja função principal seria a preparação para a vida adulta. (PERROTI In ZILBERMAN, 1982) e ALVES (1995).

Outro aspecto que gostaria de salientar quanto aos objetivos do Clube, descritos no Estatuto Social, é que o termo lazer não é explicitado. O documento

aborda como conteúdos das atividades a serem desenvolvidas o recreativo, o social e o cultural, podendo-se perceber uma certa confusão terminológica, identificada com o senso comum. Constata-se a ênfase dada aos conteúdos físico-esportivos, que segundo a classificação de DUMAZEDIER (1980a), seria um dos conteúdos culturais do lazer.

A Diretoria-Executiva é responsável pela administração do Clube durante o seu mandato de dois anos. A atual diretoria, quando de sua posse, enviou um informativo ao quadro associativo. Na íntegra, a primeira unidade deste comunicado, diz o seguinte:

“Caros Associados

Estamos felizes por ter assumido a direção do clube porque temos objetivo, claro e definido, devolver aos sócios um clube hípico funcional, afetivo, social e leve.

O sócio está em primeiro lugar. O clube é dele e para ele.

Queremos que o ambiente do clube seja descontraído e feliz para todos os que aqui tem (sic) chance de Lazer [grifo meu], relaxamento e saúde...”

Nota-se neste primeiro comunicado que, diferente do Estatuto Social, o termo lazer está explícito e se percebe uma preocupação com os associados: “O sócio está em primeiro lugar. O clube é dele e para ele”. Porém, através de observações sistemáticas e com base nos conceitos de valorização da democratização das atividades de lazer (DUMAZEDIER, 1980b, MARCELLINO 1995), “esta chance de lazer” não ocorre para todos. Para ficar apenas na questão da faixa-etária posso dizer, por exemplo, que os sócios idosos, em sua maioria, não estão contemplados por esta visão da Diretoria porque não há qualquer tipo de

serviço e programação específica para esta faixa etária (diferente de crianças e jovens).

Outro ponto observado é que alguns grupos de associados têm dificuldades de utilizar as dependências do clube, como opção de lazer, porque o acesso não é fácil devido à existência de barreiras arquitetônicas. Esta observação retoma os posicionamentos iniciais do primeiro capítulo, especificamente aqueles de MARCELLINO (1995, p. 57), quando afirma que democratizar o lazer é democratizar o espaço.

No início de sua gestão, a diretoria enviou um questionário aos associados “O clube é dos sócios”, o qual deveria ser respondido pelo proprietário do título e tratava sobre os problemas que eles encontravam, eventualmente, nas diversas áreas do clube. Foram avaliados os seguintes setores: Tratadores, Veterinários, Picadores, Porteiros, Serviços Auxiliares, Vestiários, Piscina, Secretaria, Restaurante, Farmácia, Tênis e Recreação.

Eu considero importante destacar que a **Recreação** era o último item deste questionário, o que me fez recorrer a MAGNANI (1984, p.133) que se referia ao lazer como “aquilo que na maioria das pesquisas é o tema do último item do questionário e que geralmente termina diluído no conjunto das demais questões”.

No questionário da atual diretoria constato esta falta de entusiasmo em relação ao serviço especializado para crianças e adolescentes. Fui informado pela Gerência Administrativa que os dados de todos os itens não foram analisados e nem discutidos.

No segundo semestre de 1988 a diretoria elaborou um convite de ótima impressão gráfica e de excelente qualidade, com intenção de aumentar o quadro

associativo, procurando retornar ao número de associados que o clube considera ideal: 1000 associados (atualmente são 630 sócios pagantes).

A análise desse material permite algumas conclusões que considero importantes, por retratarem, ao meu ver, os valores atribuídos ao lazer pela atual diretoria do clube.

A primeira consideração diz respeito à seletividade das pessoas que freqüentam o clube:

“Aqui você encontra um grupo seletivo de pessoas para dividir com você uma mesma preocupação: descansar e se divertir...” (p.5)

Nesta afirmação estão colocados os mesmos valores que são detectados, segundo (MARCELLINO, 1987, p.21) como os principais atribuídos pelo senso comum ao lazer que seriam o divertimento e o descanso.

Na página 7 do convite percebe-se a visão “funcionalista” do lazer (ibid., p.38) quando afirmam:

“Se você é dessas pessoas que sonham grande o Clube é o seu clube.”

Na afirmação acima fica evidente a preocupação pela aquisição de *status*.

Na mesma página 7 é detectada a abordagem compensatória do lazer, uma das nuances desta visão “funcionalista” (ibid., p.37):

“Admita que um pouco de status não faz mal ao ego de ninguém, ainda mais para alguém que luta incansavelmente todos os dias, das 6 às 22 ou até mais.”

O padrão requerido para ser associado é o de lutador e vencedor, o qual fará parte de um grupo selecionado e de uma grande família em um local privilegiado para poucos:

“O Clube é a recompensa à altura do seu sucesso.”(p.7)

Outra conclusão que pode ser tirada é sobre a possibilidade de utilização do clube para celebrações e conquistas empresariais. Nesse sentido, diz a diretoria:

“ Se há alguma coisa de primeiro mundo que se pode desfrutar no Brasil, o Clube está entre elas.” (p.11)

O Clube não é valorizado como espaço para o convívio de pessoas “desinteressadas”, mas, pelo contrário, é valorizada a utilização desse espaço para obter ou manter o status que pode ser adquirido por poucos.

A diretoria termina o convite formal com as seguintes frases:

“Não foi por acaso que você chegou onde chegou. Não é por acaso que você está em nossa relação para novos sócios. A diretoria social aguarda o seu contato.”(p.15)

São pessoas que fazem questão de ratificar sua posição social e fechar um círculo para poucos. E é neste cenário de pessoas “selecionadas”, não apenas pelo nível econômico, mas também pelo nível “cultural”, e por indicação de outros associados, que se desenvolve a trama entre adultos e crianças, atores desta pesquisa.

Procurando entender essa “trama” analiso, no próximo capítulo, os dados coletados nas entrevistas estruturadas, questionários e observação participante, colhidos junto aos profissionais e sócios do clube.

Capítulo III

Cotejando valores

Neste capítulo analisarei dados coletados na pesquisa empírica, de campo. Não farei distinção entre os depoimentos coletados pelos questionários e pelas entrevistas, uma vez que os mesmos não apresentam diferenças significativas.

As observações realizadas serão colocadas quando apresentarem alguma contradição e contribuirão fortemente para corroborar os depoimentos.

Todas essas informações serão cotejadas com as “categorias” de análise, apresentadas no primeiro capítulo e retomadas no segundo, a partir do contexto em que as relações são estabelecidas no Clube.

Conforme explicitado anteriormente, para efeito de coleta de dados, os adultos foram divididos em associados com funções diferenciadas para critérios de análise: diretoria executiva e ex-diretoria executiva; pais de crianças que freqüentam o clube e utilizam, pelo menos, uma de suas modalidades oferecidas e os profissionais que atuam com as crianças.

As crianças levadas em conta foram as que utilizam o clube em algum dos serviços oferecidos. Utilizarei como estratégia de análise a comparação de valores atribuídos, destacados em cada grupo e a descrição (com o apoio da observação participante) de aspectos comuns das pessoas envolvidas na pesquisa.

3.1. OS DIRETORES

No primeiro momento, serão analisados os valores atribuídos pela diretoria executiva (ex-diretoria e a atual) às modalidades do hipismo, do tênis e do social ou Departamento Adjunto de Piscina e Recreação, como também ex-diretores presidentes do clube.

Em relação aos diretores executivos o que se pode observar através da análise de dados é que, para alguns diretores de outras modalidades, no que diz respeito ao porquê incentivou, em sua gestão, as atividades para a área pela qual era o responsável, foram várias as respostas relacionadas ao benefício do esporte como:

“O esporte é muito importante para a boa formação das crianças, como outras atividades físicas também”,

ou:

“O interesse cada vez maior pela prática esportiva, uma vez que o esporte tem inúmeros benefícios à saúde física e mental do indivíduo.”

De fato há valorização da prática esportiva e seus benefícios para as crianças, porém, para os diretores de modalidades esportivas o incentivo ocorre porque, como afirmou um ex-diretor do tênis:

“Porque no futuro próximo o clube será deles.”

Depreende-se a visão da preparação para o amanhã, do futuro adulto, ou como diz outro diretor dessa área:

“Pela simples razão que eles serão os sócios e cidadãos de amanhã. Vejo também como positivo as crianças terem vontade de vir ao clube com os pais.”

Em relação à preparação para o futuro não posso afirmar que foi um consenso entre os diretores, mas foi muito acentuada a idéia. Nesse sentido, destaco o posicionamento do diretor-presidente atual, que compreende o clube como uma empresa prestadora de serviços, porém com uma visão mais ampla que os diretores de modalidades. Segundo ele:

“Porque elas são tanto ‘clientes’ do Clube quanto os adultos. O fim do clube, entre outros, é o de oferecer a prática do esporte hípico e de outras formas de lazer a seus sócios e dependentes. As crianças merecem atenção especial”.

O que também foi detectado nos ex-diretores de modalidades é a valorização de esportes (tanto hípicos como o tênis) na perspectiva propedêutica, como afirma uma ex-diretora de Adestramento:

“Porque eles são o futuro do esporte. Mais sólida sua base, melhores condições terão de serem cada vez melhores no que farão”.

Este caráter propedêutico, quase sempre é destacado para valorizar as modalidades esportivas, como:

“Equitação proporciona equilíbrio e disciplina, assim, como no tênis a coordenação motora também é desenvolvida”.

Em relação à **Recreação**, a ex-diretora aponta que:

“Na formação de crianças é fundamental atividades lúdico-dirigidas.”

O que constatei é que essa “direção” seria valorizada de maneiras diferentes, porém, com a visão “utilitarista” do lazer. Uma dessas maneiras seria

a **Recreação** como alternativa aos esportes, como aponta um ex-diretor presidente, que segundo o qual:

“Equitação: iniciação aos oito anos é recomendada para o futuro desenvolvimento das atividades hípicas.”

“Recreação: alternativa à equitação e serve para manter a família no clube.”

Outra aspecto que é valorizado na **Recreação** é a função que alguns gestores, principalmente os diretores dessa área, julgam ser importante: é das atividades de lazer propostas pela equipe de recreação como “socializadoras” dos membros da família. Para uma ex-diretora:

“Porque as atividades de recreação em um clube como o nosso são de fundamental importância e não apenas para as crianças, mas também, para os adolescentes e adultos. Especificamente em relação ao trabalho desenvolvido na época em que fui responsável pela piscina e pela recreação, posso dizer que em alguns casos, o trabalho com as crianças foi determinante para a permanência das famílias no quadro associativo”

Vale destacar que a participação das crianças em atividades de lazer pode ser riquíssima, como vimos nos capítulos anteriores, contribuindo não apenas para o seu descanso e divertimento, mas também para o seu desenvolvimento pessoal e social. Dessa forma não concordo com a valorização da **Recreação** apenas como “chamariz” ou “manter associados”, porque na minha opinião, estaríamos valorizando o lazer das crianças como a abordagem “utilitarista”, mais uma das nuances da visão “funcionalista”. (MARCELLINO, 1987, p. 37).

Dentro dessa abordagem poderão ocorrer riscos de encarar as atividades propostas dentro do “lúdico-orientado”, não considerando a livre escolha (opção) caracterizadora do lazer. A sala de recreação passa a ser vista como depósito de

crianças contribuindo, não para propiciar espaço e tempo para a sua expressão e desenvolvimento na vivência do lúdico como componente da cultura, mas para o “adestramento” de comportamentos.

Afirmo que não podemos valorizar as atividades desenvolvidas no Clube para as crianças como mero “atrativos” para vender um serviço, para que os pais fiquem tranquilos, porque tem gente “olhando”, “tomando conta” de seus filhos. A riqueza que as atividades possibilitam é muito maior, como visto anteriormente e, desse modo, podem ser utilizadas atividades voltadas para as crianças como estratégia de participação, como pode ser verificado nos depoimentos seguintes, de diretores de áreas distintas, a social inclusive:

“Senti um certo afastamento das crianças e jovens. Organizei torneios com destaque às crianças e consegui uma boa integração, também dos adultos.”

São afirmações do atual Diretor do Tênis e segundo uma ex-diretora social:

“O clube dispõe de vasta área para o lazer da família, que era o objetivo maior da nossa gestão. Para a família freqüentar as nossas dependências, desenvolvemos atividades participativas, com foco na criança; daí o incentivo aos volteios, competições de tênis e amplo rol de jogos recreativos (acampar no clube, jogos de Páscoa, pintura, piscina, entre outros).”

Concordo com a riqueza dessas atividades participativas, porém, na minha experiência profissional infelizmente o que percebi é que são valorizadas somente as atividades consagradas pela mídia, desenvolvidas nas datas comemorativas, como Dia das Mães, Páscoa, Festa Junina, Natal, etc. Proponho que as estratégias de participação pelo quadro associativo sejam realizadas com a sua participação, principalmente no caso específico das crianças, com a

participação delas, se quisermos ter, como destaca WINNICOTT, nos capítulos anteriores, crianças que brincam felizes, no aqui e agora, essa sim a base para a formação de adultos participantes, críticos e criativos. Mas o que na maioria das vezes acontece é a locação de algum equipamento ou contratação de shows (caráter duvidoso) “para a data não passar em branco”.¹²

No que se refere à pergunta sobre o clube como um local privilegiado para as atividades de lazer para as crianças, pode-se afirmar que quase houve um consenso por parte da diretoria executiva:

“Sem dúvida. É muito difícil ou praticamente impossível ter na capital paulista um lugar tão privilegiado como o clube.” (Ex-diretor de Adestramento)

“Sem dúvida. Aqui há condições especiais de ambiente de natureza e de estado de espírito descontraído que são ideais para o lazer.” (Diretor presidente)

O que observei é que o Clube se apresenta, para os diretores, como um espaço idealizado, um oásis, imune aos conflitos e a outras mazelas da sociedade.

Para um diretor de salto, porém, a situação não se apresenta tão ideal:

“Voltado para a equitação e intimidade com os animais, sim. Para o lazer completo faltam alguns ambientes.”

Através da observação participante, pude compartilhar da visão desse membro da diretoria, uma vez que o Clube está voltado para os esportes hípicas e não apresenta, em suas instalações, ambientes planejados para a prática de atividades de lazer para os associados de todas as idades, embora esse objetivo esteja claramente fixado em documentos, analisados no segundo capítulo.

¹² Uma frase que é muito comum ser ouvida, quando da aproximação de datas comemorativas.

Outra característica quase que unanimemente percebida é a de que o clube é apresentado como local seguro:

“Vim porque o clube oferece as facilidades para atividades e convívio adaptados às crianças e mantêm monitores. Ademais, é um lugar seguro assim os pais podem deixar seus filhos tranquilamente à vontade.”

Essa segurança, que chamarei de “segurança isolada”, porque é pretensamente garantida no confinamento, dando uma falsa idéia de proteção social, também é valorizada pelos associados. Porém, não deixam de ser posições idealizadas. De acordo com um ex-diretor social:

“Sem dúvida. Com cerca de 300.000 m² de área e cerca de 85% de vegetação e caminhos, o clube é um dos locais mais privilegiados para o lazer pois respeita a criança e os atletas.”

Não concordo que se trate de um local seguro, mesmo considerando-se uma visão idealizada do espaço, porque os caminhos e as trilhas são reservadas para os cavalos passarem, sendo comum no Clube placas com os seguintes dizeres:

“Você está em um clube hípico, respeite os cavalos.”

Seria importante que os cuidados (que devem existir) garantam a segurança para todos os freqüentadores da associação (humanos e animais), pois é comum os cavalos dispararem derrubando os cavaleiros e levando apreensão aos outros freqüentadores. Inclusive deve-se ressaltar aqui, na questão relativa à segurança, as posições de LIMA, apresentadas no capítulo I, sobre o adulto como mediador do espaço.

Considero que os associados que dirigem ou dirigiram o clube vêm nesse espaço um local seguro porque há uma equipe de seguranças¹³. E talvez a valorização, quando esta ocorre, da equipe de profissionais de **Recreação** também caminhe nesse sentido.

Percebe-se assim, pelos depoimentos, a visão “Adultocêntrica” (PERROTI), num misto dos sentimentos de moralização e paparicação (ARIÈS), e o adulto como controlador e não como mediador do patrimônio cultural (PERROTTI), conceitos já explicitados, no primeiro capítulo.

Em relação à importância do lazer para as crianças, foram detectados aspectos da visão funcionalista do lazer, porém, atentando também para o desenvolvimento social e pessoal.

“É um direito da criança o lazer, além de auxiliá-lo em seu desenvolvimento, criatividade, educação e crescimento. O lazer também ajuda na socialização e ambientação das crianças.”, na visão de um ex-diretor.

“Faz parte da educação e seria uma alternativa ao estudo e outras atividades dirigidas, para aliviar do stress do dia-a-dia.”

Assim, em vários depoimentos foi constatada uma visão parcial e restrita do lazer em relação à educação, não compreendendo as atividades do lazer como valores educacionais, como também, a visão utilitarista e compensatória do lazer, em que este teria a função de aliviar o *stress* diário, ou seja, a função de mera válvula de escape.

Essa visão parcial de lazer foi observada em relação às atividades propostas pela **Recreação**. Para uma ex-diretora:

¹³ Funcionários do Clube que se revezam vinte e quatro horas em duas portarias e as dependências.

“através de atividades de lazer orientadas à criança de modo geral, consegue ter acesso à realidade social, à necessidade e constituição das regras, do estabelecimento de limites de seus impulsos”.

Depreende-se a visão “utilitarista” do lazer, como ajuste social (MARCELLINO, 1987, p.37). Mesmo porque, ela própria destaca: “...os benefícios trazidos às crianças, em termos de amadurecimento, construção de sua personalidade, percepção de limites físicos, sociais e psicológicos.

A abordagem meramente “utilitarista” e simplesmente “compensatória” em relação às outras atividades sociais, se considerarmos a sociedade geral, e mesmo o clube em particular, fica evidenciada no depoimento da diretora de tênis:

“A importância do lazer nos dias atuais é algo muito significativo, dado o momento crítico que o país atravessa em todos os setores.”

“...O lazer hoje em dia é primordial não somente na vida das crianças e sim na vida de qualquer ser humano, a fim de aliviar as suas tensões diárias.”

“Não importa qual lazer desde que seja lazer, que traga alegria e bem-estar a quem o pratique.”

3.2. OS SÓCIOS FREQUENTADORES

Ao levantar questões acerca da motivação para se tornarem sócios do Clube, a maioria dos associados disse ou escreveu como resposta que alguém dos seus familiares montava a cavalo ou fazia alguma modalidade equestre. Eram comuns as respostas do tipo:

“Porque o meu marido e a minha filha praticam o hipismo.”

“Porque pratico equitação.”

Outro motivo levantado como relevante para ser sócio do clube é sua consideração como um local seguro. Diz um membro que: “...o lugar é maravilhoso e tem muita segurança”

O fator segurança também estava ligado para alguns associados, à comodidade que proporcionava ser sócio por morar perto do Clube. Para esses os motivos eram:

“Porque o lugar tem segurança, é muito bonito e é ao lado da minha casa.”

“Porque é um bom clube e é próximo da minha casa.”

Essa valorização do Clube como local seguro, como ocorreu com os representantes da diretoria, que o consideram um espaço privilegiado dentro da capital paulista, aqui é apresentada associada ao valor “conforto”.

Segundo uma sócia, cujos filhos praticam hipismo, tênis e freqüentam a **Recreação**, uma das causas que valoriza é que o Clube tem um espaço que pode ser usufruído, porque segundo ela:

“O Clube não é tumultuado, como outros clubes que há em São Paulo que você chega e sempre estão lotados.”

Os aspectos ser seguro, amplo e não ter tumulto foram os mais enfatizados pelos associados, ao considerarem o clube um local ideal para a prática de lazer para os seus filhos. Diz um sócio, cujos filhos freqüentam somente a escola de equitação durante a semana:

“O Clube é um oásis no meio de São Paulo.”

Para uma mãe, avaliando o Clube como um local ideal para a prática de lazer para os seus filhos, comentou que:

“Sim, porque além da equitação e o tênis, o clube oferece uma área fantástica e sem tumultos, além de ter a Recreação para as crianças.”

Entretanto, em relação ao clube como um local ideal para a prática de atividades de lazer para as crianças, para alguns sócios-proprietários, o Clube estaria voltado para o hipismo e faltariam atividades e instalações apropriadas para outras práticas. Alguns associados disseram que:

“O Clube não é um local ideal para a prática de lazer para os meus filhos, porque falta atividades como natação, ginástica, futebol, vôlei, basquete.”

“Sim, há o espaço adequado, mas aqui não temos facilidade para quem não monta cavalos praticar outros esportes.”

Gostaria de destacar que constatei pela observação participante, que essa prática de outras modalidades esportivas seria realizada através de escolas de iniciação, como as “Escolinhas de Esportes”. O Clube não apresenta boas instalações para estas práticas: falta “tabela de basquete” na quadra poliesportiva e, no momento da pesquisa, havia caído o muro que isola a quadra de uma área externa, que tem uma trilha para passeio a cavalo.

Seria interessante, pelo próprio conceito de lazer utilizado neste estudo, a existência de equipamentos para a sua prática como opção individual (educação pelo lazer) o que não ocorre no Clube.

Os pais também acham que deveria haver instalações em ótimo estado para modalidades esportivas como torneios, campeonatos; não valorizam, assim, a prática do lazer, mas, sobretudo, as modalidades esportivas institucionalizadas.

Do meu ponto de vista, o Clube deveria atuar no entendimento do lazer em seu duplo aspecto educativo, não valorizando somente um deles, mas ampliando o leque de opções para os membros de seu quadro associativo.

Outro aspecto que considerei através da observação é que, mesmo sendo uma associação sem fins lucrativos (ESTATUTO SOCIAL, p.1), não constatei uma participação crítica e criativa dos associados, na Administração e na Programação, como também um envolvimento maior com relação aos espaços e ambientes que usufruem e dividem com os outros associados. Como exemplo, esses sócios que não consideram o Clube um local ideal e outros, na sua maioria, praticam estas modalidades esportivas em outros locais como a Academia de Ginástica, Escola de Natação, ou outros clubes. Eles também não precisam entender o lazer como um possível espaço de reivindicação social, propondo e exigindo mudanças nas estruturas, instalações e ampliações das atividades.

As atividades praticadas em outros locais foram reveladas na questão referente às atividades extra-classe das crianças. Alguns pais responderam:

“Sim, freqüentam academia que não tem no Clube.”,
ou

“Fazem natação, hidrogenástica e caratê.”

Outra questão que foi respondida pelos sócio-proprietários indagava se eles achavam importante o acompanhamento de adultos quando as crianças estavam brincando. Houve duas maneiras de considerar a questão: os pais cujos filhos freqüentam a **Recreação** valorizam o trabalho do profissional dessa área; para os pais que não conhecem ou não utilizam esse serviço era comum considerá-lo só no caso de crianças pequenas. Para esses pais, que só consideram importante o setor de **Recreação** quando as crianças são pequenas, seria o adulto-profissional, o “acompanhante” ou a “babá”, desprovidos de qualquer

função de mediador entre a cultura da criança e a cultura patrimônio da humanidade. Segundo uma associada:

“Quando pequenas sim, até quatro anos.”

A valorização do adulto como o profissional do lazer e recreação foi encontrada nos pais cujos filhos vão com frequência à **Recreação**. Um deles, por exemplo, assim se pronuncia:

“Porque a orientação é importante para que eles façam bem feito.”

No meu entendimento esses pais percebem o adulto-profissional como mediador do patrimônio cultural (WINNICOTT), como diz um outro pai:

“Em algumas atividades sim, no início do aprendizado.”

Porém, alguns ressaltam que:

“Acho muito importante a figura de um coordenador adulto junto às crianças para o entrosamento e a adaptação dos mesmos ao ambiente. Depois de adaptada, acredito que devemos dar à criança o seu espaço.”

Concordo com o sócio na garantia do espaço às crianças como propõe LIMA (1986), sendo fundamental os profissionais atuarem e refletirem sobre como esse processo ocorre.

De pais cujos filhos não frequentam o Clube nos finais de semana, regularmente, ou não utilizam o serviço prestado pela **Recreação**, vieram respostas desde:

“Não é muito preciso aqui.”

Ou como outro sócio, cujo filho faz aula de volteio:

*“Fundamental, principalmente no caso do hipismo.”
Este alegou que “seria necessário um instrutor para garantir segurança aos iniciantes, mas no clube não é necessário em tempo integral.”*

O que percebi é que os sócios cujos filhos não freqüentam regularmente as atividades nos finais de semana quando promovem eventos como festa de aniversário no Clube, procuram os serviços dos profissionais da **Recreação**, mas com a finalidade de terem alguém, ou seja, adultos para “organizar” as brincadeiras. Segundo um associado, esta procura de serviços nestes eventos é importante porque:

“Podendo direcionar as brincadeiras das crianças, acho muito importante estarem presentes.”

Como já foi afirmado anteriormente, a relação adulto-criança é complexa, porém, é necessário que os profissionais que atuam nas instituições e que optam pela valorização da democratização das atividades de lazer, neste caso na infância, atuem no sentido de democratizá-las, não inibindo ou dificultando-as com atitudes controladoras. (MARCELLINO, 1987, p.107)

Quando do questionamento da importância do lazer para as crianças, as respostas foram diferentes e os pais responderam que são vários valores.

Segundo um sócio:

“A criança existe para ter lazer.”

Dessa resposta se depreende uma visão idealizada da infância e do lazer, não considerando os componentes de obrigações que complementam o lazer, Para mim, esse pensamento é característico da visão abstrata da infância que a

considera como livre de obrigações (MARCELLINO, 1987, p.107) não reconhecendo na criança “o furto” do lúdico, que ocorre em nossa sociedade. Concordo com o sócio-proprietário quando afirma que:

“O lazer é necessário para desenvolver o lado lúdico.”

E também com outro associado:

“Muito importante, pois as crianças hoje em dia sentem falta de realmente serem crianças.”

Através do lúdico a criança vivencia a sua faixa etária, não sendo vista como preparação para a vida adulta produtiva. Porém, é preciso considerá-lo não apenas como espaço para a formação do futuro consumidor de bens culturais, “fabricados” para elas, mas considerá-lo, também, como um espaço questionador e criativo da compreensão da realidade vigente. Como já vimos, para MARCELLINO (1987, p. 24) a valorização unilateral do lazer apresenta também uma série de riscos: a possibilidade de sua utilização como fuga, fonte de alienação e simples consumo. Essa nuance “funcionalista” do lazer foi uma das respostas mais encontradas, juntamente com a abordagem “utilitarista” (ibid., p. 37), valorizando o lazer como recuperação da força de trabalho. Os pais responderam que a importância do lazer para os seus filhos seria:

“Total, não só para as crianças, o lazer é necessário para que as pessoas possam enfrentar [grifo meu] o trabalho, a escola e a vida como um todo de maneira mais leve e solta.”

“O lazer é uma prioridade fundamental para relaxar as tensões do dia-a-dia.”

“...tão importante quanto estudar, é preciso dividir o tempo delas para que extravasem.”

Essa maneira de abordar o lazer apenas com a função de recuperação da força de trabalho, não considerando o descanso como opção da livre escolha, está relacionada ao aspecto histórico do lazer que teria surgido com essa única finalidade para os trabalhadores. Eu entendo que esta nuance “utilitarista” deveria ser questionada pelos futuros profissionais da área, já em seu processo de formação.

Outras respostas foram dadas, idealizando esta dimensão humana como:

“O lazer é tudo na vida.”

Alguns associados relacionaram as funções do lazer com o divertimento. Segundo uma associada:

“No lazer as crianças podem brincar e se divertir, o que não ocorre em outras horas.”

O brincar como uma atividade que as crianças teriam no seu tempo “disponível”, o espaço em que poderiam manifestar o componente lúdico da cultura, é de fundamental importância, conforme foi colocado no primeiro capítulo deste estudo. Porém, não podemos compreendê-lo dentro das abordagens “funcionalistas” do lazer como alguma coisa “boa”, porque ajuda a agüentar as pressões sociais, ou válvula de escape de uma situação de opressão.

O que verifiquei na coleta de dados com os pais é que estes valorizam o lazer nesta visão “funcionalista”, porém, também revelam os valores de desenvolvimento pessoal e social nas atividades de lazer¹⁴ para os seus filhos: *“desenvolvimento da auto-confiança e equilíbrio”*, ou *“o lazer é muito importante para o desenvolvimento motor e psicológico”*.

¹⁴ MARCELLINO (1987, p. 37) na pesquisa com autores brasileiros também ressalta que não foram detectados apenas os valores “funcionalistas” com relação ao lazer. Segundo o autor: “Pelo contrário – assim como os outros, [teóricos analisados] também destacam valores de desenvolvimento pessoal e social nas atividades de lazer.”

Para um associado:

“Através do lazer as crianças desenvolvem o seu lado social e dependendo das atividades pode ser também incluído.”

Entretanto, não podemos caracterizar que os pais consideram as atividades desenvolvidas no Clube como educação pelo lazer. Através da observação participante comprovei que há uma visão parcial e limitada na compreensão do lazer, dos valores que podem gerar, num processo de valoração, podendo proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento de autonomia (DUMAZEDIER, 1994, p. 87), que a prática das atividades de lazer podem propiciar.

Outro aspecto constatado foi a “falta de ressonância social”¹⁵ (MAGNANI 1984, p.133) como se o assunto não fosse considerado “sério”, como as obrigações escolares e extra-classe.

3.3. OS PROFISSIONAIS

Através da observação participante e pelo convívio de anos com os departamentos e seus funcionários, pude constatar que tanto os instrutores de modalidades eqüestres e tênis, como os monitores de recreação e lazer apresentam algumas características básicas no clube. Uma dessas características é que não são funcionários, não têm vínculo empregatício com a Organização. O que ocorre mais freqüentemente, é serem sócios de uma empresa prestadora de

¹⁵ Não quero dizer que não houve concordância e acessibilidade para responder as perguntas ou preencher os questionários, porém, o que friso é que queriam responder as questões diretas do lazer rapidamente.

serviços ou autônomos. O pró-labore¹⁶ ou honorários são recebidos diretamente dos sócios que se utilizam dos seus serviços de instrutores.

Os usuários do Clube têm a opção de escolher o profissional que desejam para as aulas porque há mais de um professor por modalidade, porém, alguns são conhecidos e apresentados aos novos associados como os “especialistas em trabalhar com as crianças.”

Esses profissionais apresentam outra característica comum: o tempo de serviço no clube, sendo, no geral, oito anos de experiência profissional. Contudo, como diz uma professora de tênis:

“Tenho mais de vinte anos nestas quadras.”

Gostaria de salientar que, mesmo considerando os limites técnico-administrativos citados no capítulo anterior, como a duração do mandato da diretoria executiva, pela qual esses profissionais terão necessariamente de ser aprovados, e os desafios constantes em motivar as crianças para se conquistar o respeito dos pais e familiares¹⁷, seria possível direcionar o trabalho desenvolvido, na perspectiva do duplo aspecto educativo do lazer, porque são profissionais competentes, valorizados pela diretoria executiva e quadros associativos. Entretanto, do meu ponto de vista, porque esses não são os valores hegemônicos na sociedade em que vivemos, e porque esses mesmos profissionais não estão habituados ao exercício do processo de valoração, eles não são adotados em sua prática cotidiana.

¹⁶ O único serviço que os sócios não pagam diretamente é o da **Recreação**. A equipe de recreação e lazer é constituída por funcionários de uma empresa terceirizada, contratada pela diretoria executiva do Clube, cujos monitores são universitários, sendo em sua maioria graduandos ou graduados em Educação Física e Pedagogia.

¹⁷ No Clube é muito comum o convite para que estes professores e monitores participem das festas de aniversário, nos finais de semana, em casa de campo ou de praia desses familiares.

No que se refere ao que os profissionais de outras modalidades esportivas mais valorizam no seu trabalho com os filhos dos associados, foi detectado nos de hipismo não somente a relação entre os profissionais e as crianças, mas também com o cavalo.

Para uma professora de equitação seria a boa conduta para com eles, os outros e:

“...principalmente com os animais.”

Segundo outra professora de adestramento:

“Desenvolver as potencialidades. Gostar do que estão fazendo, a integração do grupo, o respeito pelo próximo e o altruísmo, assim como pelo cavalo.”

Diz uma instrutora de volteio que valoriza:

“O alcance de seus objetivos, o que ajuda muito na auto-confiança e aprender a lidar com um ser vivo (o cavalo).”

Outra instrutora destaca que valoriza o trabalho em equipe. Porque, segundo ela:

“No volteio as crianças têm que se ajudar nas suas subidas, descidas e nos exercícios sobre o cavalo.”

Embora reconhecendo e destacando a importância desta relação entre pessoas e animais, deixo a possibilidade aberta para a realização de outros trabalhos nesta área porque, como citado na metodologia, o clube foi eleito pela representatividade e acessibilidade e também por não considerar fundamental o aprofundamento nesta relação para os objetivos deste estudo.

Outros profissionais, de outras modalidades, valorizam o que consideram os valores do esporte, como afirma uma professora de tênis:

“Em primeiro lugar a disciplina, o amor ao esporte, o sentido de troca que acaba existindo no esporte, acaba educando a criança para não ser individualista e exclusivista.”

Aduz, ainda no mesmo raciocínio de valorização que é necessário:

“Ter uma troca de valores para que possa existir uma competição. Dessa maneira ela vai aprender a saber perder e valorizar a vitória.”

A preocupação em enfatizar a competição esportiva como educativa foi citada por outro profissional:

“Através do esporte a criança aprende a competir.”

Porém, relaciona o esporte também à fuga das drogas:

“Porque com o tempo ocupado fazendo esporte, a criança e o jovem não vão pensar nas drogas.”

O que se percebe nesse posicionamento é a abordagem “moralista” do lazer (MARCELLINO, 1987, p. 37) com a ênfase em valores educacionais reconhecidos na competição esportiva. Não se compreende que, para além da competição e sem pretender negá-la, haja outros processos sociais que deverão ser analisados como a cooperação e o conflito.

Os profissionais destacam a prática nas competições esportivas, considerando o “jogo de tênis” como altamente educativo porque “competindo você aprende como é a vida”, o que do meu ponto de vista, reforça os valores dominantes, dentro de uma nuance “utilitarista” do lazer (ibid., p. 37), utilizando

a educação pelo lazer como um instrumento de ajustamento, não como um fim em si mesma.

Quando indagados se acreditam atuar diretamente na formação das crianças, os profissionais do hipismo responderam recorrendo, novamente, à relação pessoa-animal. Segundo uma instrutora:

“De certa forma eu acredito que todo ser humano que respeita os animais estará respeitando a si próprio.” ou: “Sim, porque eles aprendem a se respeitar mutuamente e também a respeitar o animal.”

Os profissionais de tênis valorizaram aspectos do futuro atleta: ser líder, tornar-se um vencedor. Diz uma profissional:

“Totalmente. Porque pelo carinho e disciplina a criança (sic) educa pelo respeito aos pais, professores e superiores e futuramente [grifo meu] as crianças terão condições de tornarem-se líderes.”

Percebe-se aí o caráter propedêutico. A formação é vista como a preparação para o futuro e mercado de personalidades.

Ainda diante da indagação sobre a formação das crianças, um profissional, que foi atleta de alto nível, diz:

“É sem dúvida o objetivo do trabalho. Este trabalho dirigido e orientado visa a formação do futuro campeão [grifo meu], como também, a postura do instrutor influencia na relação com as crianças.”

Não há um direcionamento para o lazer como veículo ou objeto de educação. O que existe é a valorização para o futuro e nessa valorização não se pensa na preparação para a vida, mas para um segmento muito específico do viver. Não há a valorização da vivência do presente. Compreendo que essa

postura certamente contribui para o furto do lúdico da cultura infantil, como apontou MARCELLINO (1989, p. 53), sendo o Clube uma das Organizações que contribuiria para isso, assim como a escola, etc., reforçando a “proletarização” das crianças (ibid., p. 58).

Quanto à preferência em trabalhar com essa faixa etária, a maioria respondeu que prefere as crianças e adolescentes. Porém, os motivos apontados são diferentes. Um profissional respondeu que sente não envelhecer, porque o lado “criança” está sempre à tona. Afirma que:

“Dessa maneira tanto ensino como aprendo; tem uma troca.”

Mesmo reconhecendo na criança um ser em formação, percebe que há troca, penso que a criança não pode ser considerada apenas como um ser em formação para o futuro, não valorizando o presente, pois, dessa forma, corre-se o risco de entendê-la como um ser infantilizado, ou seja, direcionar o trabalho com essa faixa etária valorizando o sentimento de “paparicação” (ARIÈS, 1981, p. 163).

Na linha de raciocínio acima, concordo com um profissional que afirma:

“Para mim, cada faixa etária é uma fase a ser desenvolvida.”

Termina dizendo que:

“não tem preferência no que se refere a idade.”

Realmente, todas as faixas etárias estão em desenvolvimento, porém o que se observa no trabalho realizado com as crianças é a postura voltada para “a preparação”, a criança como um ser engraçadinho, meigo (sentimento de

“paparicação”) ou podendo ter uma outra atitude contraditória (“moralização”) ao sentimento moderno da infância, como afirma um instrutor de hipismo:

“Gosto de atuar com essa faixa etária porque é mais fácil controlar, pois elas te escutam e respeitam mais. Porque têm que ter a disciplina para aprender mais rápido.”

Tais sentimentos contraditórios e controladores foram constatados na observação participante, como também a indagação “fraglada” por ALVES (1995, p. 47): “O que você vai ser quando crescer?”

Reafirmo que esses são valores que reforçam os valores dominantes na sociedade, porém, não são encontrados nos profissionais de uma maneira ampla e reconhecidos como valores inalterados. Esse é um dos motivos pelos quais creio na capacitação profissional ampla, não apenas técnica, mas também humana, na perspectiva de atuação com os valores que questionam a realidade estabelecida, tendo no lazer na infância um de seus canais e, especificamente, refutando os valores “funcionalistas” em suas várias nuances.

Para um instrutor de tênis:

“Através do lazer e do trabalho lúdico a criança desenvolve suas potencialidades, o que ajuda na sua formação física e moral.”

O lazer desenvolvendo, portanto, as potencialidades das crianças. Percebi, porém, em sua afirmação uma visão parcial e limitada do conceito de lazer, bem como a confusão na expressão “trabalho lúdico”. Ele não compreende o lazer como espaço privilegiado para manifestar o lúdico, sendo necessário um aprendizado para a melhoria de nível para sua prática (Educação para o lazer.

Penso que entendida de forma isolada, essa afirmação pode significar uma visão “utilitarista” do lazer (MARCELLINO, 1986, p. 36).

Os profissionais do hipismo ressaltaram, novamente, a relação com o cavalo:

“Aprender a ter o discernimento do que é correto para com o animal, sentir-se bem no que estão fazendo com o cavalo, sendo um trabalho terapêutico...”

O lazer seria limitado às atividades com o animal e instrumentalizado para “trabalho terapêutico”. Não consideram, ou não abordaram o lazer como objeto ou veículo de educação (o seu duplo aspecto educativo).

Uma profissional do tênis destacou o prazer propiciado pela prática da atividade e o aspecto da livre escolha. Segundo ela:

“... as crianças fazem neste tempo o que elas gostam, por exemplo, não são obrigadas a jogar tênis, se jogam é porque querem.”

Entretanto, depreende-se novamente uma visão parcial do lazer, relacionada somente à prática da atividade, privilegiando aquela desenvolvida junto aos associados como ocorre com os instrutores do hipismo. Não é levada em conta, mais uma vez, a necessidade de preparação da criança, criando um repertório para um espectador crítico e criativo.

Outro profissional do hipismo (volteio) considerou a importância do lazer na infância, valorizando as atividades desenvolvidas pela **Recreação**, não levando em conta outras possibilidades. Para ele a importância do lazer é:

“Total, e o lazer programado está sendo fundamental cada vez mais, principalmente nas grandes cidades, onde as opções estão cada vez mais limitadas.”

Concordo que o lazer seja fundamental para a criança e que as atividades de lazer como opção seriam como um foco de denúncia da realidade, podendo, dessa forma, assegurar o espaço para que se vivencie o lúdico. Todavia, não podemos esquecer, pelo contrário, devemos deixar muito claras as outras opções de lazer. Ao não se levar em conta outras opções, poderemos estar atuando como reforçadores dos famigerados pacotes de lazer, tão comuns e frequentes nesses trabalhos, bem como apoiando a visão “compensatória” da abordagem funcionalista do lazer, que o enxerga apenas como “válvula de escape” ou espaço alternativo às outras atividades dirigidas e “sérias” do clube ou escola.

Quando perguntados sobre a importância do lazer para as crianças, os profissionais da **Recreação** foram mais enfáticos para demonstrar os valores que consideram nessa dimensão humana do que seus colegas que atuam nas modalidades esportivas.

Um aspecto muito valorizado se refere a:

“... poder cultivar amizades e praticar atividades que elas [as crianças] gostam.”

Essa valorização do lazer como espaço para a participação voluntária em grupos encontra-se também na fala de uma monitora:

“As crianças, com o tempo livre para o lazer irão aumentar o seu círculo de amigos, e o mais importante, estarão escolhendo o que fazer, com quem e quando fazer.”

Destaca, também, o que DUMAZEDIER (1994, p. 87) aponta como o “Desenvolvimento da Autonomia” que as atividades de lazer podem propiciar a quem as praticam.

A valorização do desenvolvimento propiciado pelas atividades de lazer foi destacada pela maioria dos entrevistados. A fala seguinte clareia cabalmente a posição de um dos profissionais do lazer:

“É importante na medida (sic) que possibilita à criança a vivência de sua faixa etária, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social.”

Concordo que as atividades de lazer propiciam a possibilidade de desenvolvimentos pessoal, social e, assim, de autonomia. Considero que as atividades desenvolvidas pelas crianças junto com os monitores da **Recreação** poderão lhes dar crescimento; porém, na perspectiva da educação pelo lazer não concordo com a instrumentalização do lúdico ou “atividades altamente pedagogizantes”, como os “jogos pedagógicos” ou outros brinquedos “educativos”. Estou solidário com uma monitora quando afirma que:

“Os jogos, os brinquedos, as brincadeiras e o convívio em grupo da mesma faixa etária, permite que as crianças possam desenvolver-se socialmente e intelectualmente através do lazer.”

Conclui que:

“o lazer, em primeiro lugar, é a maneira mais importante de valorizar o aspecto lúdico da infância”.

Estou de acordo com a monitora acima referida por considerar o lazer como espaço privilegiado, que foi gerado historicamente, hoje, em nossa sociedade, para que a manifestação do lúdico possa ocorrer, porém, não sendo o

único espaço. Assim, também, o lúdico não é exclusivo a infância. Se assim fosse, seria outro modo de idealizar esta faixa etária.

Esses profissionais do lazer como os de outras modalidades, atuaram em vários locais: acampamento educacional, colônia de férias, hotéis fazenda e escolas. A maioria não tem preferência em atuar com os filhos dos associados, sendo que, como afirma um monitor:

“A opção foi em virtude de uma oportunidade profissional.”

ou:

“Acho importante conhecer diferentes realidades.”

Um aspecto que considerei relevante, é que se trata de profissionais que ratificam o trabalho como uma prática profissional, como afirma uma professora de educação física:

“Não tenho preferência porque é necessário adequar nossos conhecimentos e nossa prática ao perfil e a realidade de cada grupo. Desta maneira, podemos colocar em ação nossa versatilidade enquanto profissionais da área de Educação Física que trabalham com o lazer.”

São profissionais que trabalham com o lazer, porém, do meu ponto de vista, para alguns há uma confusão entre educação pelo lazer e educação para o lazer, principalmente entre os profissionais que também trabalham em escolas. Quando indagados se já trabalharam com o lazer, responderam que desenvolviam este trabalho com pré-escola: “...principalmente maternal [1 a 4 anos]”. Isto dificulta a compreensão das diferenças que há nos trabalhos desenvolvidos, podendo prejudicar sua atuação por não terem os valores explicitados e o princípio de coerência durante a intervenção pedagógica. Os

valores foram apontados pelos monitores de várias maneiras, desde a visão crítica até a visão idealizada da infância e do lazer.

Outro aspecto percebido foi o “sentimento de paparicação” de ARIÈS (1981, pp. 163-164), como aponta uma monitora:

“O que mais valorizo no trabalho com crianças é que elas são puras, sinceras...”

Porém, mesmo com essa visão, a profissional propõe o que poderia ser considerado como “trocas culturais”, quando afirma:

“...Além disso, deve-se considerar a troca de experiências, de informações entre elas.”

Percebo que as visões e concepções estão misturadas no posicionamento dos profissionais desta área. Esta mistura fica clara quando uma monitora diz:

“Acho muito importante poder transmitir algumas regras da vida através da recreação e do lazer. Quando o profissional tem um objetivo neste sentido e sabe transmiti-lo de maneira adequada, as crianças captam, compreendem e participam.”

Questiono se esse “caráter pedagógico” de transmissão de regras não serviria para ajustar as crianças ao sistema vigente, enquadrando-se o lazer na nuance “moralista” (MARCELLINO, 1987, p. 36) na visão “Adultocêntrica”, (PERROTI, In ZILBERMAN, 1982, p. 12).

Proponho que os profissionais de lazer tenham a função de transmitir o patrimônio cultural, porém, reconhecendo e propiciando espaço para que as crianças possam produzir e usufruir da cultura através das trocas culturais.

Para outro profissional:

“Ainda que estejamos falando do lazer pelo lazer, existem regras que são básicas.”

No meu ponto de vista esse posicionamento não considera as próprias atividades como educativas, porém pode instrumentalizar o lazer para a transmissão de regras.

Não considerar o lazer em sua especificidade concreta e o seu duplo aspecto educativo, explicitando as funções do profissional do lazer nessa perspectiva, inibe ou dificulta as atividades de lazer enquanto possibilidades de exercício de mudanças dos valores vigentes em nossa sociedade.

Nesse aspecto concordo com a resposta de um profissional do lazer sobre o que ele valoriza no trabalho desenvolvido com as crianças:

“A consideração da criança enquanto um ser atuante, com gostos e expectativas, próprias de uma determinada faixa etária, determinando, assim, um trabalho não para a criança, mas um trabalho com a criança, a partir de suas vontades e desejos, o que não implica na ausência da ação dos profissionais de lazer envolvidos.”

Profissionais que na relação com as crianças valorizem as trocas de experiências de mundos diferentes, compreendendo e respeitando as diferenças existentes entre as pessoas e não profissionais que refutem, sem qualquer questionamento, as visões que consideram a criança como cidadão presente nesta sociedade, reforçando as visões que as consideram como futuro adulto produtivo.

3.4. A VOZ DAS CRIANÇAS

“O que é uma criança? O que para ela define as regras do jogo? O mito da pureza e da inocência das crianças de há muito está morto. As crianças não são puras. Sequer sabemos o que pureza significa. E também não são plenas de amor. O que caracteriza uma criança? Gostaria de fazer uma sugestão, não mais que uma sugestão. Concordo com a antropologia bíblica em sua indicação de que o homem deve ser compreendido através daquilo que faz. Sua atividade define a sua humanidade. Se isto for verdadeiro, qual é a atividade típica das crianças? A resposta é muito simples? As crianças brincam.”

“O que é brincar?”

“Brincar é uma atividade não produtiva. Ela não visa a produção de qualquer objeto.”

“Mas por que as crianças brincam, se isto não produz nada?”

“Novamente a resposta é simples. O brincar não produz objeto, mas proporciona prazer. Talvez a natureza do brincar se aclare se nos lembrarmos da distinção feita por Agostinho entre coisas que são para ser usadas e coisas que servem para ser desfrutadas.”¹⁸

Concordo com ALVES (1986, p. 98) quando diz que a nossa sociedade, dominada pelo dogma da produtividade, é o túmulo da criança e, por conseguinte, o fim do brinquedo, já que a expansão das coisas produzidas e consumidas depende da repressão da energia humana dirigida à alegria. Dessa forma, esse autor considera que o brincar implica numa crítica radical a tal sociedade e, ainda, uma subversão de valores. Explicitando que o jogo tem um significado ético e profético, ressalta ALVES: “...não porque ele tinha tal propósito, mas, simplesmente, porque representa a possibilidade de uma ordem social diferente” (ibid., 102). Porque o brincar, nesta perspectiva, implica uma negação radical da lógica do mundo adulto. Afirma que no brinquedo “as

¹⁸ Rubem ALVES, *A Geração do Futuro*, Campinas, Papirus, 1986, pp. 95-96.

crianças não se valem das regras do assim chamado ‘mundo real’ para regerem a sua atividade.” (op. cit.)

No brincar as crianças vivenciam a sua faixa etária, interferindo na sua realidade concreta, participando ativamente do mundo a que pertencem, mesmo que essa atividade não seja valorizada pelos adultos, que as vêem como futuros adultos, portanto, não as consideram no presente, no aqui e agora, produzindo cultura e colaborando para a construção do mundo, através de sua visão de mundo.

Existem várias maneiras de considerar o brincar da criança: como subversão dos valores dominantes, como protesto e recusa do mundo adulto. Considero, também, como aponta MARCELLINO (1989, pp. 72-73), que o brincar possibilita à criança a vivência de sua faixa etária e ainda contribui de modo significativo para sua formação como ser realmente humano, participante da cultura da sociedade em que vive, e não apenas como meio, indivíduo requerido pelos padrões de “produtividade social.”

As crianças deste estudo valorizam o brincar como atividade que segundo elas, podem ser praticadas no clube, em casa e na escola. O brincar faz parte de sua realidade, porém, o que se observou é que, mesmo para essas crianças consideradas privilegiadas, os fatores que inibem ou dificultam a possibilidade da manifestação do lúdico estão presentes, como o controle do tempo e dos espaços, nas restrições sofridas.

Em termos de valores das crianças entrevistadas detectei os da abordagem “funcionalista” do lazer, principalmente a visão “compensatória” do clube em detrimento da escola. Para algumas, principalmente as crianças que

freqüentam o clube regularmente e usufruem dos serviços oferecidos, esta associação compensaria os momentos e o tempo na escola.

Em relação às crianças que praticam o hipismo como modalidade esportiva percebi o que considerava apenas ser próprio do adulto, a visão "Adultocêntrica" de PERROTI (In ZILBERMAN, 1982, p.12); ou seja, para alguns, os instrutores destas modalidades seriam completos e maduros. Acredita que esta visão, pode inibir a prática e a reflexão dos seus gestos e suas atitudes no esporte que escolheram praticar, porque sempre terão o adulto, no caso específico o técnico ou instrutor, para guiar as suas ações e servir como modelo, não vendo no adulto o facilitador de aprendizagem ou como um mediador do patrimônio cultural. Essa visão "Adultocêntrica" pode inibir o praticante porque este sempre necessitará, para ser "lapidado", das instruções de um adulto (um ser completo).

As entrevistas com as crianças e a observação participante serviram para confirmar pontos destacados pelos pais: desenvolvem várias atividades extra-classe, como inglês, hipismo, tênis, futebol e natação.

Com relação ao que fazem quando estão no Clube, a resposta está atrelada às atividades do próprio Clube:

"Monto cavalo, brinco no parquinho, jogo tênis",

"Monto cavalo, vou à "Recrê", vou à piscina, almoço no restaurante."

" Fico com os gatinhos lá na frente, passeio, vou ver a égua, brincar na "Recrê" com a cama elástica."

As crianças, como os pais e alguns diretores, destacam as atividades e os locais que utilizam no Clube, mas que não conhecem alguns deles, o que pode revelar que, mesmo em termos de atividades, há uma limitação de sua prática

pelo desconhecimento de todas as opções que o clube propicia. Havia sócios que não sabiam da existência de piscina e sauna no clube. Isto também ocorreu com a **Recreação**: em sua maioria as crianças não a freqüentavam porque seus pais desconheciam que esse serviço era oferecido.

Quando perguntadas onde ficam quando não estão na escola, a maioria das crianças respondeu que ficava em casa ou que faz alguma atividade em locais especializados: academia de ginástica, escola de idiomas e o Clube. Uma das crianças, que mora num bairro fechado, disse que fica brincando na rua:

“Jogo bola na rua, brinco de polícia-ladrão, skate.”

O Clube seria um dos locais em que a criança teria mais espaço para brincar, como afirma uma criança que mora num apartamento de classe média:

“Na minha casa não tem espaço embaixo para parquinho. O espaço que tem é para as crianças menores que levam brinquedo para brincar. O lugar que eu mais brinco e faço esporte é no Clube.”

Saliento que se trata de crianças que ainda têm o espaço do Clube, porém, observa-se que esse espaço não é disponível para todas. As crianças, mesmo tendo no Clube esse local que os sócios consideram ideal, na maioria das vezes têm o adulto como mediador que, como afirma LIMA (1989, p. 11), deve refletir sobre a maneira como ocorre a intervenção do adulto em relação à criança, quando há o espaço.

A questão do espaço está relacionada ao lugar em que as crianças mais gostam de brincar, como disse a criança que mora no bairro fechado:

“Brinco mais no bairro, porque na hípica não posso vir com meus amigos porque não são sócios.”

Este é um fator limitante, uma vez que o Clube é restrito aos associados, sendo que os convidados podem freqüentá-lo, mas não podem praticar atividades esportivas (Estatuto Social, p. 27). O que ocorre é a “permissão”, para atrair novos associados, fazendo com que a Segurança fique atenta a estranhos nas dependências.

Para as crianças que freqüentam o Clube, este é o melhor local:

“...porque tem espaço e coisas para brincar”,

ou

“...brinco mais no Clube porque tem espaço e meus amigos.”

O Clube funcionaria como local para atividades, entre as quais as crianças destacam o brincar, porém, para as que utilizam as dependências para a prática de esportes e não as freqüentam nos finais de semana e feriados o local onde brincam é sua casa ou a de amigos. Para essas crianças que não brincam mais no Clube, este não é visto como o local de brinquedo, e sim de atividades especializadas:

“Não, normalmente só venho para montar.”

Quando perguntadas se brincam ou jogam na escola, a maioria das crianças entrevistadas disse que sim, mas ressaltaram que é sempre durante o recreio, na entrada ou saída. O recreio seria o espaço para brincar:

“Jogar vôlei com os amigos.”

“Fico passeando com minhas amigas.”

Esse tempo de intervalo pode, assim, ser considerado como “compensatório” das obrigações escolares. Segundo uma criança:

“É muito chata a escola, só tem um minuto para brincar. Não gosto da escola.”

Do ponto de vista das crianças, em nossa sociedade a escola estaria também contribuindo para o “furto” do lúdico da cultura da infância e para a “proletarização” das crianças (MARCELLINO, 1989, p.58).

IV. CONCLUSÃO GERAL

No decorrer do estudo, principalmente nos capítulos II e III, fui explicitando as conclusões a que chegava, no momento em que apresentava a redação de um documento, uma fala, ou uma observação . Considero que seria redundância retomá-las aqui, apenas para cumprir o requisito de um item específico nomeado “Conclusões”. Mas é muito importante para mim, dentro do contexto deste estudo, ressaltar que nada mais procurei fazer além de um exercício de valoração, a partir dos valores que iam sendo apresentados, considerando (os contextos) geral e específico aonde foram transmitidos- a moderna sociedade urbana em que vivemos e o Clube analisado, bem como as pessoas que se posicionavam.

A questão que o estudo pretendeu discutir é como esses valores, tanto de crianças como de adultos (diretores-pais-profissionais), relacionados ao lazer na infância inibem, facilitam ou dificultam a prática de atividades de lazer pelas crianças.

Para isso, a todo momento, no decorrer do trabalho, procurei situar concretamente os valores analisados no contexto do qual fazem parte. Não poderia ser diferente, mesmo porque o conceito de lazer no qual procurei embasar toda a discussão também o entendo de forma concreta, situado historicamente, como valor gerado pela nossa sociedade e, que dialeticamente ele próprio incidindo sobre a mesma sociedade que o gerou.

Ao questionar o estereótipo de criança feliz, por não ter problemas econômicos, em que a relação com o adulto ocorreria de forma tranquila, respeitando a sua mediação entre a cultura como patrimônio da humanidade e a

criança como geradora e portadora de uma cultura específica de sua faixa etária, em constante transformação, como todo processo de vivência cultural, corroboro o conceito de “todo inibidor”(MARCELLINO, 1995, p. 49), em que a dominação inter-classes é concomitante à dominação intra-classes. No caso específico aqui analisado, a dominação de faixa etária.

Durante todo este exercício de análise e reflexão procurei considerar o duplo aspecto educativo do lazer veículo e objeto de educação, mas privilegiando a educação pelo lazer, enfocando sobretudo a relação adulto-criança no processo de valoração.

O que se pode verificar foi um entendimento parcial e limitado do lazer, regido por valores compensatórios, moralistas e utilitaristas, numa concepção “funcionalista” até mesmo sobre o lazer da criança, valores que já estão sendo assimilados pelas próprias crianças, o que não poderia ocorrer de outra forma, uma vez que fazem parte da sociedade e do Clube, os quais não incentivam processos de valoração que permitiriam questionar os próprios valores estabelecidos.

É nesse sentido que procuro contribuir para a área de Educação Física, que vem formando a maioria dos profissionais que atuam em clubes e outras organizações com o campo do lazer. O exercício da reflexão poderá fazer com que não se perca de vista o processo de valoração dos educadores, professores atuando diretamente nas escolas, animadores sócio-culturais ou agentes culturais atuando fora das escolas, mas antes de tudo educadores, envolvidos na relação adulto-criança.

Afirmo, portanto, que uma prática profissional transformadora precisa reconhecer concretamente as áreas de intervenção (lazer, infância e educação),

procurando articular coerentemente o embasamento teórico e a prática profissional. Precisa ainda optar, politicamente, pelas concepções teóricas dessas áreas que procuram as mudanças dos valores do sistema atual. E por fim, compreender as instituições sociais – escola, clube, academia e universidade – como espaços de atuação que têm valores pré-estabelecidos, porém nos quais atuam cidadãos que precisam realizar valorações, independente de faixa etária ou classe social.

V . REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **A Geração do futuro**. Campinas: Papyrus, 1986.

_____. **Estórias de Quem Gosta de Ensinar: O fim dos vestibulares**. São Paulo: Ars Poética, 1995.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Trad. de Dora Flaksman, 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Trad. de Ruth Joffily, 3ª edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

DALLARI, D. & K. J. **O Direito da Criança ao Respeito**. 2ª edição. São Paulo: Summus, 1986.

DUMAZEDIER, Jofre. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980a.

_____. **A Teoria Sociológica da Decisão**. Tradução de Maria Vieira, São Paulo: SESC, CODES / DICOTE – CELAZER, 1980b.

_____. **A Revolução Cultural do Tempo Livre**. Tradução de Luís Otávio de Lima Camargo, São Paulo: Studio Nobel, SESC, 1994.

FRIEDMAN, Adriana. et alii. **O Direito de Brincar: a Brinquedoteca**. 3ª edição. São Paulo: Scritta, Abrinq, 1996.

JESUS, Dilce Esmeraldina. **Desalinhando Experiências: Percursos da e na Formação dos Profissionais de Creches e Pré-Escolas das Classes Populares**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Educação, 1996.

KISHIMOTO, Tizuko M. **Jogos Tradicionais Infantis: o Jogo, a Criança e a Educação**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

KORCZAK, Janusz. **Quando Eu Voltar a Ser Criança**. Tradução de Yan Michaloki, 12ª edição. São Paulo: Summus, 1981.

KRAMER, Sônia & LEITE, Maria Isabel (org.). **Infância: Fios e Desafios da Pesquisa**. Campinas: Papirus, 1996.

LIMA, Mayumi Souza. **A Cidade e a Criança**. São Paulo: Nobel, 1989. (Coleção Cidade Aberta).

MACEDO, Carmen & FIGUEIREDO, Luis. **Domingo na Praia: a Dimensão Simbólica do Lazer Popular**. Reflexão, Campinas, PUC XI (35), p. 62 a 73, maio / agosto, 1986.

MAGNANI, José G. C. **Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade**, São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARCELLINO, Nelson C. **Estudo do Lazer: Uma Introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996. (Coleção Educação Física e Esportes).

_____. **Lazer e Humanização**. 2ª edição. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Fazer Lazer).

_____. **Pedagogia da Animação**. Campinas: Papirus, 1989.

_____. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **Considerações Sobre Valores Expressos por Autores Brasileiros na Relação Lazer–Educação.** Reflexão, Campinas, S.P., PUC XI (35), maio / agosto, 1986.

MARTINS, J. (org.). **Massacre dos Inocentes: a Criança sem Infância no Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Paulo S. **Vidas Compartilhadas: o Universo Cultural nas Relações Entre Avós e Netos.** São Paulo, p. 404, Tese (Doutorado), Instituto de Psicologia, USP, 1993.

PARKER, Stanley. **A sociologia do Lazer.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PERROTI, Edmir. **Confinamento Cultural, Infância e Leitura.** São Paulo: Summus, 1990.

PRIORE, M. D. (org.). **História da Criança no Brasil,** 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1995. (Coleção Caminhos da História)

REQUIXA, Renato. As dimensões do Lazer. **Cadernos de Lazer.** Documento. São Paulo: SESC, 1:5-41, jul. 1976.

ROLIM, L. C. **Educação e Lazer.** São Paulo: Ática, 1989.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 17ª edição. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Sônia. A. I. **Valores em Educação.** 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995.

WINNICOTT, D. **O Brincar e a Realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

ZILBERMAN, R. (org.). **A Produção Cultural Para a Criança.** Porto Alegre: Mercado Modelo, 1982.